

ATA N.º 16/XII/2019

Reunião Pública de 25/07/2019

Aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano dois mil e dezanove, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município, pelas vinte e uma horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do Sr. Presidente Rui Manuel Marques Garcia e com a presença dos Srs. Vereadores Luís Fernando Marta Ribeiro Chula, Carlos Edgar Rodrigues Albino, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça, Miguel Francisco Amêdo Canudo, Pedro Manuel da Silva Aniceto e Luís Fernando Vaz do Nascimento.

De notar a ausência dos Srs. Vereadores Daniel Vaz Figueiredo e Vivina Maria Semedo Nunes, por se encontrarem de férias, tendo sido consideradas justificadas as faltas.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. "MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO EDIFÍCIO DA PISCINA MUNICIPAL DE ALHOS VEDROS"
RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES27
2. "CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR DA BAIXA DA BANHEIRA E RESPETIVOS ARRANJOS EXTERIORES"
APROVAÇÃO DE RETIFICAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO/ERROS E OMISSÕES28

Foi seguidamente dado início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. António Arantes – Referiu que uma das lacunas das reuniões camarárias era o facto de os munícipes terem direito a falar, mas não o direito de resposta e como tal falavam, mas ficava sempre nos ouvidos aquilo que era dito no final por algum dos Srs. Vereadores ou pelo Sr. Presidente da Câmara e como tal viu-se forçado a voltar, novamente, a uma reunião para clarificar ou esclarecer o Sr. Presidente sobre alguns atos praticados em reuniões anteriores. Acrescentou que a determinada altura teria sido referido pelo Sr. Presidente, há algum tempo, que nada tinha ganho em ter colocado a Câmara Municipal da Moita, em Tribunal Administrativo, uma vez que existia algo na altura, devido a umas obras que foram efetuadas relativamente a esse processo que decorria no Tribunal Administrativo de Almada, tinha duas pastas, que colocou à disposição de todos os Srs. Vereadores, de todos os partidos políticos presentes, para verificarem todos os documentos que foram entregues. Clarificou, ainda, o Sr. Presidente que até à data, que fosse do seu conhecimento, nunca decorreu nenhum julgamento.

Disse, ainda, relativamente a um funcionário da Delegação Camarária de Alhos Vedros, descrevendo uma situação, em que a Sr.^a Maria de Lurdes Arantes, da qual forneceu o contacto de telemóvel, em que a mesma se deslocou à Delegação da Câmara Municipal da Moita, em Alhos Vedros, para efetuar o pagamento da água, de duas frações, uma correspondente à residência e outra de outro lado e o funcionário que a atendeu, para admiração da senhora, que pagou a água, agarrou no documento e destacou a parte de baixo deste. Como a senhora, habitualmente, pagava através do multibanco considerou estranho não lhe darem nenhum documento comprovativo do que pagou, de como pagou e de que forma pagou. Voltou atrás, chegou junto do funcionário questionando-o sobre o facto de não levar nenhum papel que justificasse o pagamento, ao que, supostamente, lhe terá sido respondido que não sabia o que queria, que não estava no seu perfeito juízo e não era inteligente. Na sua opinião tal comportamento era grave, tendo sido transmitido a alguns Vereadores, por telefone, tendo um deles pessoalmente falado com a senhora por telefone e gostaria que a pessoa a quem se referia testemunhasse que de facto falou diretamente com a senhora. Não pretendendo prejudicar o funcionário porque poderia estar numa fase má, no entanto, solicitou ao Sr. Presidente que fizesse o favor de, na presença do funcionário e da sua própria esposa, juntos, o funcionário pedisse desculpas diretamente à senhora.

Relativamente às águas da sua residência, com era sabido, há 14 anos, que lutava pela questão, quando todos diziam que a água era proveniente da casa de banho do senhor que vivia no primeiro andar, no entanto, a água deixou de correr, continuava no primeiro andar, já não tinha chovido mais, não havia água, mas continuava a utilizar a casa de banho. Não se ia era ao terceiro andar onde o senhor dava água à água, e manda-a pela coluna abaixo. Solicitou ao Sr. Presidente, que através do Vereador correspondente àquela área, que enviasse uma fiscalização ao local, para perguntar e averiguar de onde era proveniente a água e de onde é que fora retirada, porque, de seguida, mostraria ao Sr. Vereador os prejuízos que existiam na sua casa e com os quais confrontaria a Câmara Municipal em Tribunal Administrativo.

No que dizia respeito ao cartaz das obras da Rua 1º de Maio, no mesmo eram referidos 245 dias; questionando qual o dia do começo e qual o dia da conclusão, porque se não existia um fiscal, um responsável, um representante da empresa que estava a efetuar as obras que não tivesse pelo menos o sentimento e um pouco de vergonha, por vezes, de que aquilo que se fazia nas laterais, para que as pessoas que pretendiam passar com os carros dos bebés, para que os idosos de bengala, ou que tivessem de ser carregados ao colo, para não tropeçarem no local, terem de retirar do local a gravilha que entrava para dentro dos sapatos e das sandálias das pessoas, sendo tudo questões que o Sr. Presidente e os respetivos pelouros deviam resolver e não os munícipes. Os munícipes solicitavam que os eleitos tivessem um pouco de consciência e de vergonha e vissem o que os representantes das obras faziam no local. Todos sabiam o que era um ambiente de obras, respeitavam o facto de as

peessoas terem de trabalhar, mas tinha de haver um pouco de consciência daquilo que as outras pessoas tinham para fazer, que era a sua vida.

Por fim, questionou quando é que o Sr. Presidente, ou alguém por si enviado, iria ao local e retirava os solhos junto aos caixotes do lixo, porque todos os dias, sem exceção, era uma vergonha o que se passava, colocavam caixotes de peixe podre, latas de tinta despejadas dentro dos contentores, capoeiras velhas, telhas e tudo isso, e as pessoas não tinham vergonha de o fazer. Gostaria que o Sr. Vereador do Pelouro responsável enviasse os funcionários, que ele próprio poderia acompanhar, para verificarem o que estava espalhado no meio da rua.

Solicitou ao Sr. Presidente, por aqueles que tinham ao longo de 45 anos estabelecimentos naquela terra, não tendo nenhum dos presentes, nas suas palavras tido a humildade de verificar as dificuldades de cada um, que o fizesse.

Sr. Manuel Patrício – Questionou qual a situação das garagens do Mercado Municipal da Moita, que ainda estava a verter água, e quando é que a situação era resolvida.

Referenciou, ainda, uma avaria na porta principal, junto à escada, que aquando da reparação, erradamente na sua opinião, voltaram a partir num local onde não deveriam, ou seja, no início da escada e a avaria era na parede. Resolveram a avaria, mas deixaram no local um buraco, correndo o risco de as pessoas caírem no local.

Informou, por fim, sobre a existência de uma árvore dentro da escola n.º 2 da Moita, árvore esta de grande porte, em risco de queda e de poder ferir as crianças que brincavam no local.

Sr.^a Maria do Carmo – Disse vir à reunião para mostrar o seu descontentamento com os contentores colocados, pela AMARSUL, junto à Escola Fragata do Tejo, à sua porta, porque existia lixo espalhado por todo o lado. Podiam alegar que era falta de civismo, disse, e algumas pessoas não o tinham, mas na sua opinião a mudança dos contentores piorou para o dobro do que estava. Referiu já ter enviado em *email* para o Gabinete do Sr. Vereador Miguel Canudo, solicitando para colocarem os contentores no final da rua, porque houve inclusive uma infestação de baratas, na rua e no prédio. Tiveram o cuidado de fazer uma desinfestação no prédio e também houve o cuidado de a fazerem na rua, mas por exemplo a sua vizinha teve de sair de casa, porque tinha um bebé com um ano e as baratas eram enormes. Não sabia se vinham, e foi-lhe respondido pelo Sr. Vereador Miguel Canudo que não era viável colocar os contentores no final da rua. Colocaram os contentores com um “pin” a dividir uma parte do estacionamento e em frente à sua janela, o que não considerou normal. Colocou ainda ter telefonado no dia anterior para a AMARSUL, pois o lixo encontrava-se todo misturado e era uma lixeira enorme. Se existiam pessoas que não lhes desagradava viver daquela forma, a própria e a sua vizinha, não gostavam. Informou que já tinham feito e iam continuar a fazer desbaratizações no prédio três vezes por ano, solicitando que a Câmara fizesse o mesmo, porque sabendo que podia não ser fácil, também não era fácil viver na situação em que se encontravam. Acrescentou não compreender porque é que não era viável colocarem no final da rua, uma rua sem saída, e sem casas, se o motivo era apenas para os vizinhos não andarem um pouco mais. Acrescentou que mais dez ou vinte metros à frente colocaram outros contentores de reciclagem no meio do estacionamento. Eventualmente, disse, o Sr. Presidente já teria tido oportunidade de verificar que existiam muitos jovens que durante a noite pegavam fogo aos contentores; e se tal acontecesse, “O que farão?” questionou.

Sr. António Cruz – Referiu que a situação que o trouxe à reunião, na sua opinião era ridícula. Era uma questão relacionada com o pelouro do Sr. Vereador Luís Nascimento, e o café Campino, na Moita. Explicando a situação, referiu que o dono do referido café, todas as noites encerrava o estabelecimento por volta das 3h30m, sendo raro que o barulho não fosse insuportável. Diariamente entre as 3h30m e as 4h iam indivíduos à porta pontapear, atirar ovos, partirem-lhe o fecho da porta de entrada e não apenas isso. Acrescentou que o dono do café tinha recipientes com água e comida para uma gata, tendo agarrado nos mesmos e atirado com eles para dentro da sua caixa do correio, cujos vidros se tinham espalhado no *hall* de entrada da sua casa. Quando ouviu, foi verificar o que se passava, abriu

a porta e o Senhor deu-lhe um encontrão tão grande, que se não se tivesse agarrado à porta, caía e cortava-se na altura, com os estilhaços de vidro do chão. Foi à GNR, fez a participação, mas a situação mantinha-se. Já tinha escrito três cartas ao Sr. Vereador Luís Nascimento, para lhe dar conta da situação, tinha-se dirigido por duas vezes ao Pavilhão Municipal de Exposições, tendo numa delas conversado com o Sr. Vereador, e com o Dr. Pedro Ferreira, questionando se não tinham conhecimento das cartas que havia enviado, ao que lhe foi respondido que não tinha conhecimento, por parte do Sr. Vereador, no entanto o Dr. Pedro Ferreira referiu que as cartas estavam em cima da secretária e que havia conhecimento da situação.

Tinha sido quem mandara medir a área de esplanada em frente ao Campino, ao que retrucou que a área de esplanada do Campino sempre tinha existido, mas a área que o Senhor referia que tinha autorização para ocupar era a que se localizava na Rua do Beco do Espanhol, sendo essa, na sua opinião uma via pública e, como tal, não podia ser ocupada por mesas e cadeiras. Mas a situação foi autorizada, embora lhe tenham mostrado um documento onde referia que não existia licenciamento para a referida rua. O único licenciamento que houve foi para os quatro dias da Feira de Maio, única e exclusivamente. A partir dessa data, o Senhor tinha de ter retirado tudo do local, e se assim não acontecesse deveria comunicar à GNR. Assim fez, ao que a GNR lhe respondera prontamente que nada podiam fazer, quem tinha de colocar termo à situação era a Câmara, e na situação o Sr. Vereador Luís Nascimento que tinha o respetivo pelouro, e não a GNR. Acrescentaram que só poderiam intervir em situações de ruído ou algo do género. Queixou-se que todas as noites o barulho era insuportável, existiam situações que envolviam violência, chamavam nomes, era insultado pelo proprietário cada vez que passava junto do mesmo, quando regava a rua atira água para a sua porta, que entrava na sua casa, por baixo da mesma. Diariamente as mesmas situações; era insuportável, acrescentou.

Sr. Ezequiel Monteiro – Referiu já ter abordado o assunto que o trouxe à reunião com o Sr. Vereador Miguel Canudo e há 2 ou 3 dias com o Sr. Vereador Luís Nascimento. As palavras dos Srs. Vereadores sempre tinham sido simpáticas, mas a questão mantinha-se, já há bastante tempo, existindo uma que mais valoriza atualmente e passou a colocar: na Rua Henrique Galvão, n.º 1, na Vinha das Pedras, existia uma taberna que conhecia há mais de cinquenta anos, sendo que o próprio residia na mesma rua, no n.º 10, R/c - Dto., há cinquenta e três anos, existindo já a taberna quando veio e sempre sendo taberna. Atualmente com a senhora que lá estava não era uma taberna, era uma discoteca / boate, para não referir algo pior, que segundo a sua opinião se comportava como a dona da Vinha das Pedras, como demonstrava a sua arrogância. Alegava que tirara uma licença de ruído, para fazer bailes ou ter música, mas o ruído era muito, mais que numa feira, na sua opinião. As pessoas que moravam no local eram pessoas civilizadas, de respeito e que a todos respeitavam, que necessitavam de sossego, não de abusos e nem de faltas de respeito.

Informando sobre a sua própria situação, de doente oncológico, e a da sua esposa, doente cardíaca, bem como idoso, tal como outras pessoas na vizinhança, existindo ainda crianças e pessoas que trabalhavam por turnos e não conseguiam descansar. Já conversara três vezes com a senhora, que referiu sempre ter um documento que a autorizava a proceder daquela forma e que até quis que o próprio o lesse, ao que tinha informado que não necessitava de ler, dizendo-lhe que existia uma lei, que referia que até determinada hora estava dentro do que era exigido e a partir daí, não. A Senhora fazia barulho até muito tarde e os seus clientes, como o estabelecimento era pequeno, na maior parte adquiriam a bebida no interior e vinham para a rua. Existiam garrafas partidas na rua, lixo em vários locais, inclusive na sua janela, uma vez que residia no rés-do-chão e existiam caves, subiam a escada e colocavam garrafas na janela, que obviamente não era nenhum depósito para que as pessoas colocassem no local garrafas.

Na frente da sua casa, colocaram dois Ecopontos, onde algumas pessoas iam urinar na via pública, invadiam o quintal do local onde vivia, deixando inclusive preservativos no local, não sabendo ainda se existia droga.

Relatou ainda que na Rua Norton de Matos estava uma casa caída, e que algumas pessoas se deslocavam ao local fazer o que não deviam, situação que era visível por quem passava, tendo há uns

dias passado no local um vizinho seu, agente da PSP, que custou a passar no local. Viu o que se passava na rua, no passeio e ligou para a GNR do Montijo, não tendo ficado a saber se quem foi ao local foram os agentes da Moita ou do Montijo, e tudo acalmou. Questionou-se sobre o porquê de tal ter acontecido. Os moradores na Rua Henrique Galvão, e onde era a sede do Vinhense, na Rua 1º de Maio, na Rua Norton de Matos, na Rua António José da Silva Judeu, sendo aquela a mais distante, na zona mais nova, em todos os locais ouviam a música. Os que residiam mais perto eram os mais sacrificados. Questionou até que ponto é que o que se passava podia acontecer, acrescentando que a referida Senhora se lhe tinha dirigido há uns dias, com falta de respeito, na sua opinião, dizendo que poderia vir quem viesse, mas existindo uma lei, que na sua opinião não era respeitada pela proprietária do estabelecimento, e se a Câmara estava tão desfalcada que passava uma licença, por cinquenta ou sessenta euros, que desrespeitava a população. Dirigindo-se ao Sr. Presidente e aos Srs. Vereadores, com todo o respeito, referiu não ser admissível a situação, e solicitou que a Câmara visse a situação moralmente e não se esquecesse das pessoas que lá residiam, que na sua opinião eram mais importantes que a proprietária da taberna, que tendo a sua importância, mas julgando-se mais importante do que os outros, faltava ao respeito às pessoas.

Já tendo abordado os Srs. Vereadores Miguel Canudo e Luís Nascimento, sobre a limpeza do contentor do lixo, tendo o Sr. Vereador Miguel Canudo dito há algum tempo que a máquina da lavagem estava avariada, mas pensava que naquele momento já estaria arranjada.

Sucedia que o carro da recolha do lixo fazia o vazamento e atrás, na sua opinião, deviria vir logo a máquina para lavar os contentores.

Sr. Bruno Inácio – Apresentou-se com a sua alcunha” o prega-saltos”, referindo que por várias vezes o tinham convidado para participar numa reunião, mas nunca teve oportunidade de o fazer.

Considerou que o Sr. Presidente deveria recordar-se da sua pessoa, porque passou na Rua 13 (1.º de Maio) e lhe perguntou a sua opinião sobre as obras, ao que respondeu que preferia não comentar. Acrescentou que estava com uma grande quebra nas vendas, devido à lentidão da execução da obra, terminando no final da conversa, segundo o referido pelo próprio, o Sr. Presidente dito que gostaria de ver a sua contabilidade. Devido à realização da obra teve dez mil euros de prejuízo, já tendo colocado uma ação em Tribunal, depois de falar com o seu advogado. Tentou reclamar, mas não conseguiu falar com ninguém, enviou vários *emails* para a Câmara, não obtendo resposta. O problema da Rua 13, tal como havia conversado com o Sr. Presidente da Junta, Sr. Nuno Cavaco, que lhe disse ser necessária, mas embora necessária era lenta, porque estavam na obra apenas dois trabalhadores. A obra começou do seu lado da rua e foi mais prejudicado porque a tubagem e obras associadas foram todas executadas do seu lado. Possuía vários vídeos e várias fotografias, tudo colocado nas redes sociais, onde era muito conhecido, tendo também saído duas ou três vezes notícias no jornal, não pretendia seguir mais, apenas que fosse dada mais atenção à questão. Quando iniciou os seus vídeos estavam dois trabalhadores na obra, no final estavam dez, na sua opinião porque colocou nas redes sociais e saiu no jornal, aparecendo logo fiscais, e mais pessoas. Referiu ter provas para apresentar ao Sr. Presidente em como teve mais de dez mil euros de prejuízo, porque sentiu que o Sr. Presidente estava a duvidar do que dizia ao referir que gostava de ver a sua contabilidade. Iria mostrá-la em tribunal, uma vez que já tinha interposto uma ação. Acrescentou que a sua loja, na Baixa da Banheira, era o único supermercado do local, porque muitas pessoas iam a pé até ao Continente, outras devido ao facto de serem portadoras de deficiência, deslocarem-se de cadeira de rodas e não terem hipótese de se deslocarem, iam à sua loja. Era uma rua praticamente de tabernas, vendendo-se produtos alimentares e de higiene apenas na sua loja. Se a sua loja, e a Transmontana, encerrassem, continuou, uma vez que eram o único comércio que conseguia segurar a rua, a Rua 13 morreria. Acrescentou que o Sr. Presidente nunca entrara na sua loja, nem lhe comprara nada, não sendo obrigado a tal. Encontraram-se no Fórum do Montijo, na semana anterior, não lhe tendo dito nada. Solicitou que olhassem para as questões com cuidado.

Acrescentou que, na obra, lhe dissera que tinha algumas coisas à porta, e iam tratar de si; que pertencia a um partido pequeno que era o PTP, mas não se tratava de política, paga os seus impostos, e estava

a falar sobre o seu estabelecimento, não sobre política. Acrescentou existirem pessoas da CDU que o atacam nas redes sociais, mas cada um tinha o direito de pertencer a outros Partidos, como outras pessoas presentes, mas que ajudavam. Só apareciam quando o trabalho estava terminado para cortarem a fita e solicitarem para verem o trabalho que fora efetuado no local.

Relativamente às cargas e descargas, regulares, vindo um camião do Norte descarregar à porta da sua casa, porque não existia local para cargas e descargas, tendo-lhe sido informado que ainda iriam colocar sinais. Questionou se colocaram no local outra sinalização, porque não a que faltava.

Por fim, pretendeu saber, a tratar-se de uma rua se era de comércio, ou para os moradores, porque a obra fora efetuada de forma a colocar estacionamento, existindo mais passeio do que estrada, mas não havia um sinal de cargas e descargas, sendo uma rua para comércio, solicitou que fizessem o que deviam para os comerciantes. Na atualidade qualquer pessoa tinha um carro, deslocavam-se para os grandes supermercados, já ninguém se importava com os estabelecimentos pequenos, e assim, aos poucos, morriam.

Sr.^a Maria Louro – Informando ser também comerciante na Rua 13, onde possuía uma loja, após o que referiu sentir-se também prejudicada, sabendo que era evidente que as obras tinham de ser executadas, mas devendo existir, na sua opinião um pouco mais de respeito e umas normas diferentes, não da forma como tinha sido feito, porque partiam tudo, não era feito por etapas, não se importando com os comerciantes e inclusive mandando a gravilha para a sua porta, entrando muito pó, e como tal tinha de ter a porta sempre fechada. Solicitou mais respeito por quem trabalhava no local. As obras tinham de ser realizadas, mas tinham de verificar as condições de quem trabalhava no local. Exemplificando a falta de respeito, por quem trabalhava, informou que no próprio dia, tinha rebentado um cano e tendo um salão de cabeleireiro, ninguém a tinha avisado e tinha uma cliente na calha para lavar a cabeça. Teve de ir à rua aflita, perguntar o que se passava e disseram-lhe que tinha de esperar. Não avisavam, considerando não haver respeito por quem trabalhava, pagavam os seus impostos e eram tratados daquela forma. Para finalizar, a Rua 13 poderia estar muito bonita, como diziam, que não coincidia com a sua opinião, até porque tinha umas lombas, e as pessoas quando passavam quase deixam o carro no local, se não tivessem cuidado, porque não era uma lomba normal, fazia uma inclinação. Considerou que deviam ver melhor o funcionamento da obra. Sabia que os funcionários eram poucos, era verdade, deviam apressar mais a obra, por respeito aos comerciantes, porque cinco pessoas a trabalhar numa obra e às 17h, iam-se embora, e aos sábados só trabalhavam de manhã, com os comerciantes a aguentarem a situação.

Sr.^a Raquel Montalvo - Referiu que a sua presença também se prendia com a obra na Rua 1º de Maio, lamentando que todos só pensassem em si mesmos, todos estavam a ser prejudicados e a sua primeira questão foi que sondagem fizeram para a realização da referida obra.

A segunda questão colocada foi relacionada com o início da quebra dos passeios, se foram calculadas as distâncias que existiam em relação aos prédios até às barras que segundo referiu supostamente deviam ser seguras e não eram, uma vez que conseguiam ser removidas por qualquer pessoa, para que no local pudesse passar um carrinho de bebé, questionando se uma pessoa que se deslocava numa cadeira de rodas não tinha o mesmo direito de ir à rua e de passar naquela rua, porque sem as pessoas passarem, não vendiam, e se não vendiam, o que estavam a fazer no local?

Como ganhar para conseguir pagar rendas altíssimas que se praticavam, como ganhar para pagar os seus impostos, a sua contabilidade, porque se não o fizesse, era penalizada, mais uma vez penalizada.

A segunda fase foi encerrada no dia 26 e receberam o comunicado de que iam iniciar a segunda fase dois dias depois, ou seja, foram informados que a rua iria ser fechada porque estavam a colocar as referidas barras de segurança, o que lamentou, bem como o facto de serem ameaçados porque tinham de retirar os carros, num determinado momento porque pretendiam encerrar a rua.

Questionou onde estava a sinalização que a proibia de estacionar naquele dia, naquela rua.

Não existia e tinha registos fotográficos.

Considerou desagradável uma mulher, ou até um homem, ser ameaçado da forma que referiu ter sido: “Se você não tirar o carro, é rebocado”.

Acrescentou que por duas vezes, em dois dias distintos teve de encerrar forçosamente o seu estabelecimento devido à obra, sem saber que tal iria acontecer, porque no sábado partiram o passeio e não conseguia entrar nem sair da loja e também não fora avisada naquela ocasião; da segunda vez que teve de encerrar a loja foi porque foram abertos dois roços, um de cada lado e para entrar na sua loja tiveram de colocar uma tábua.

Questionou como vender e ser produtiva, afirmando que daquela forma não era possível.

Questionou ainda quem lhe pagaria esse prejuízo, pensando que ninguém, uma vez que inclusivamente enviou um *email* do qual nunca obteve resposta, mas houve um senhor que no dia seguinte se dirigiu à sua loja, e lamentavelmente nem se identificou. As pessoas tinham nome próprio.

Para finalizar perguntou se os eleitos pretendiam criar postos de trabalho ou fechar os poucos postos de trabalho que existiam, referindo-se a si mesma, como uma jovem de 35 anos, que teve de abrir um negócio próprio e arriscar, porque estava desempregada.

Sr. Fernando Raimundo – Referiu que era a primeira vez que participava numa reunião de Câmara, não o fazendo por um bom motivo. Começou por questionar o Sr. Presidente sobre o seu local de residência, concluindo que era seu vizinho, mas que entre ambos existia uma diferença, que no seu entendimento se prendia com o facto de o Sr. Presidente residir numa rua e o próprio num gueto. Esclareceu que existiam guetos no Chão Duro, com uma rua que não parecia ser do século XX, uma rua que parecia ser do século XIX porque era uma rua rural e assim continuou até à atualidade, da mesma forma, mas piorando. Informou que residia na Rua do Casal do Brinca, que enquanto teve os moradores originais e família, a questão ia andando, mas quando o Casal foi vendido foi piorando, foi-se degradando até aparecer um novo proprietário.

Quando tal aconteceu, o próprio avisou a pessoa que existiam tentativas de assaltos às casas e que era muito desagradável. O Senhor vedou o local com redes que julgava designarem-se de malha sol, de fazer placas, com estacas mal colocadas e sendo a rua já estreita, o funcionário que as colocou fê-lo dentro da estrada, de forma que os postes de iluminação pública passaram a estar do lado de dentro da vedação. Na altura tirou medidas à sua porta, referindo que saía e fazia inversão de marcha ao seu Jeep e atualmente não conseguia, não tinha outra hipótese senão ir de marcha atrás. Possuía um atrelado com um barco, saía sem dificuldade com o barco atrelado, atualmente não conseguia, não tinha hipótese de o tirar de dentro ou colocar lá dentro atrelado ao Jeep.

No ano anterior construíra um carro elétrico e por brincadeira chamou-lhe geringonça para conseguir fazer o percurso de dentro para fora.

Aguentou as obras que foram realizadas no local, demolições entre outras, tendo tudo registado fotograficamente; tirou as medidas de todos os pontos que não mudaram de local, do seu portão, dos postes, até ao outro lado da rua, à vedação inicial existente; na Câmara existia a planta topográfica que no mínimo dava uma orientação sobre as linhas da rua, como seriam. No entanto, deu mais jeito ao novo proprietário ir ainda mais para cima da rua, o que a tornou mais estreita; todo o entulho e lixo retirado das obras colocou-o num terreno ao lado que confinava com um terreno da Câmara. Já perdera a cabeça porque existiam ratazanas do tamanho de coelhos; naquela semana tinha descoberto cobras no seu espaço, o que, com uma criança pequena em casa, não deveria acontecer.

Antigamente, o chão que estava no local, antes das obras tinha sido arranjado, com os resíduos compactados que sobravam quando era mandada alcatroar uma estrada; que a máquina ia arranjando, e não viviam tão mal; mas com as obras e o novo proprietário que lá colocou areia, nunca mais estacionou o carro no local e nem ter possível ter as janelas abertas.

Todo o lixo, (por exemplo sacos plásticos), que ficou no terreno não foi retirado, estava-se a degradar e ia tudo parar à sua casa. Referiu ainda ter enviado um *email* ao Sr. Presidente, no domingo anterior, às 14h07m e outro, na segunda-feira às 9h41m recebeu uma resposta da Secretária do Sr. Presidente onde era referido que já tinha sido encaminhado para o setor devido. Saiu de casa às 9h da manhã e quando regressou, antes das 10h já lá estava um funcionário do serviço com uma roçadora a cortar o

mato, voltando no dia seguinte com outra máquina porque com a anterior não era possível executar o trabalho.

Entretanto tinha passado a ter ratazanas novamente dentro do quintal, já não sabendo o que fazer ou a quem recorrer para resolver a questão. Solicitou ao Sr. Presidente que passasse pelo local e verificasse. Informou sobre a existência de mais moradores, pessoas jovens, com os quais estava muito satisfeito, eram pessoas educadas, que tinham a sua vida e não interferiam com ninguém, mas tinham carros e a rua passou a estar ocupada da esquina, ou seja, de uma interseção para cima com os carros todos do lado direito, e garantidamente um carro de bombeiros não conseguia passar no local; quando chegasse ao paralelo da casa do falecido Sr. José Martins, certamente, não passava.

Um funcionário do Senhor entrou com um trator e arrancou mais um pedaço de uma rede, que se engatou no trator, porque o local de passagem era estreito, ficando a rede descaída para a estrada, que de noite não se via, sendo que de dia bastava estarem carros estacionados para que, quem quer que lá pretendesse passar batesse na rede, correndo o risco de se enrolar na mesma.

Tirou várias fotografias, as quais informou que enviaria por *email* para o Sr. Presidente.

O que fora cortado foi o capim; o restante, plásticos, madeiras velhas e outros detritos estavam no local e como tal o risco de incêndio mantinha-se, e se viesse pela rua abaixo entraria na sua casa, não tendo hipótese, porque tinha rede de sombra na vedação, que pegaria fogo, no interior tinha os carros, a garagem, tudo arderia, questionando posteriormente a uma situação daquelas, de quem seria a responsabilidade.

Por fim colocou mais uma questão, uma vez que os contentores do lixo foram muito falados, e o único contentor que tinha no local era o que se encontra à porta do estaleiro de materiais de construção do Sr. José Tomás. Antigamente, no Casal, vivia lá em cima o próprio e um Senhor que é viúvo. Não vivia mais ninguém. Atualmente eram oito casas, com casais, a sua própria família, a outra casa também já se encontrava mais ocupada. Referiu ter uma frota de carros de mão de jardim, e à segunda-feira o próprio e a sua esposa faziam carregamentos para o cimo da rua, porque respeitava o que dizia na placa, que referia que à segunda-feira recolhiam os monos, as coisas de jardim; fazia, mas por vezes custa-lhe porque chegam ao portão do Sr. José Tomás. Cortou uma sebe na altura das Festas em setembro e a Câmara não tinha tido hipótese de recolher, andando cerca de dois meses, a carregar para o cimo, montes de lixo vegetal. No fator de localização do IMI pagavam o mesmo, era igual para ambos, mas considerou que o Sr. Presidente vivia numa rua e o próprio vivia num gueto.

Sr. Pedro Rijo – Referiu, igualmente, ter vindo pela primeira vez a uma reunião camarária. Em relação às obras da Rua 1º de Maio, não pretendendo falar mais sobre elas, salientou que há uns anos a esta parte o interior da Baixa da Banheira tinha vindo a modificar-se, pensando que as obras que ocorreram tivessem como objetivo dinamizar o comércio local. Constatou aquele ano que nunca vira tal rua tão despida, tão sem gente; a rua não foi fechada, as esplanadas não foram montadas, e gostaria de saber se aquela situação ocorreu por iniciativa dos comerciantes ou por imposição da Câmara Municipal.

Relativamente à Festa, foi descentralizada, porque antigamente estava centralizada num local, e agora foi descentralizada para o Parque Zeca Afonso, o que na sua opinião ainda matou mais a parte sul da Baixa da Banheira, questionando se para os próximos anos haveria um projeto de estender a Festa pela Rua 1º de Maio acima.

No que concernia ao trânsito, considerou que a estrada nacional estava insuportável, tendo sido batizada já, por algumas pessoas, como a estrada mais vigiada do país, porque tinha cinco ou seis ourivesarias e em cada uma tinha um polícia à porta, e, no entanto, o trânsito era caótico durante todo o dia no local. Para quem era condutor de autocarros, como o próprio, tornava-se praticamente impossível andarem no local a fazerem “slalons” porque os agentes da autoridade diziam que as pessoas que ao invés de estacionarem no local de pessoas com deficiência, que não se deveria estacionar e muito bem, mas já que só demoravam cinco minutos a ir ao Banco ou à Pastelaria, estacionam em segunda fila. Questionou se era possível a Câmara, junto das Autoridades, tentar corrigir àquela questão.

Mais informou, como morador na Rua da Liberdade, junto da Igreja, onde existia a Taberna dos Acordeonistas, e o estacionamento à noite era caótico, prevalecendo a lei do salve-se quem puder e onde existisse um buraco, estacionavam. Questionou se as traseiras existentes na sua casa e que em tempos, quando era pequeno, já foi um Parque Infantil, que foi destruído, reconstruído e novamente destruído, chegando-se à conclusão que não era possível existir um Parque Infantil no local, porque atualmente as crianças quase não o utilizam, sendo mais o sanitário de pessoas que possuíam cães, e assim sendo, se era possível fazer, no local, uma zona de estacionamento.

Relativamente à paragem da Carreira 333 no Vale da Amoreira, no seu término, informou que das 6h20m às 8h20m, praticamente estava sempre no local um autocarro, porque tinha a regularidade de 10 minutos atualmente, e havia sempre um a sair, no entanto, a paragem não tinha resguardo e como tal questionou se seria possível fazê-lo, uma vez que o passeio do outro lado era mais curto e tinha um resguardo e do outro não tinha. Tendo em conta que, na atualidade, os corpos de Bombeiros utilizavam aquela estrada de socorro para chegar ao Hospital, era de evitar congestionar o local permanentemente.

Ainda em referência à Carreira 333 questionou o Município se existia alguma resposta aos utentes que se viam, a cada dia, e cada vez mais, “pendurados” na estrada, sem lugares nos autocarros, para chegarem a Lisboa e sem condições de acessibilidade a Lisboa.

Sr. Ricardo Mateus – Informando que respeitando todas as faixas etárias presentes, veio em representação do movimento jovem, uma associação criada na Moita há cerca de um ano, a Associação do Movimento Organizado Cultural e Artístico – MOCA, dando o feedback ao trabalho positivo perante a Junta de Freguesia, que era o Órgão presente no momento, e do seu Presidente, o Sr. João Miguel, do Sr. Ginó, do Sr. Nuno, do Sr. Pagaime, do Sr. Vereador com quem tinha mais contacto, Daniel Figueiredo, pretendendo saber o que seria dos jovens da terra, quando é que as respostas às questões colocadas seriam respondidas, que tipo de oportunidades dariam aos jovens. Esclareceu que tinha 26 anos, já sofrera com alguns tabus da sociedade por estar na esquina a beber cerveja, e a fumar o que não devia, como tal, o que tinha de oferta que lhe possibilitasse mostrar à sociedade, à Moita que podia fazer algo diferente, referindo que sinceramente não sabia como, sendo da geração de 90, várias gerações anteriores à sua tentaram fazer o que fizeram naquela altura, de uma forma mais legal e estavam a conseguir, a dinamizar espaços que anteriormente ninguém dava nada por eles.

Gostava de saber, um dia mais tarde, qual era a vontade e a disposição dos eleitos em prol dos jovens. Não eram só forçados, sevilhanas, pimba, onde estava o desenho, a pintura a escultura, a dança, teatro, música, todo um conjunto de artes que estavam a desaparecer, infelizmente, por isso deslocavam-se sempre para Lisboa. Tiveram no Barreiro, nos Casquilhos, pensando que atualmente também tinham na Moita, na Escola Secundária, o curso de artes, mas estava a desaparecer. O que seria no futuro? Questionou.

Em relação aos Ecopontos, verificou que em cada esquina que passava havia um desperdício enorme de cartão, questionando porque não se juntavam várias faixas etárias, desde jovens a idosos, juntarem-se e fazerem algo em prol da Moita, fosse uma escultura de 10cm ou de 3m, para expor, fosse no Cais ou noutra local.

Pessoalmente, referiu ter muitos projetos para executar enquanto Associação e mesmo sem ser em representação da mesma, como era o caso, gostaria de saber o que os eleitos tinham em mente para fazer pelos jovens da terra.

Gostaria de confirmar um boato que lhe chegou aos ouvidos, sobre o que iria ser feito junto à Escola Fragata do Tejo, onde estiveram a realizar as obras da nova Rotunda, o que é que estava previsto para o local. Ouviu que, eventualmente, seria um skate parque, mas estava expectante com a questão de visualizar o que seria feito.

Em questão de dinamização de espaços e aproveitamento de jovens para tal, considerou importante que existisse, porque na sua opinião não era o Moitense, o futebol ou as danças que iriam levar a outro nível. Não gostava de ficar estagnado na vida, apesar de só ter 26 anos, gostava de subir,

provavelmente como os restantes, considerando que a vida deveria ser uma melhoria constante, não devendo ficar parado.

Sr.^a Cláudia Marques – Dirigindo-se diretamente ao Sr. Vereador Luís Nascimento, com quem referiu já ter falado pessoalmente colocou um assunto relacionado com os utentes da carreira 333, informando que se tinham verificado vários problemas desde maio, quando o preço do passe baixou, sobretudo na parte da tarde, desde que os horários foram recentemente alterados. A partir das 18h15m até às 20h30m, por vezes perdia o autocarro em Lisboa, e estava praticamente uma hora para conseguir apanhar um autocarro e voltar para casa. Naquele mesmo dia, quando chegou à paragem do autocarro, em Lisboa, às 19h, para apanhar o autocarro das 19h10m, estavam cerca de 160 pessoas, porque o autocarro das 18h30m chegou e deixou mais de 60 pessoas no local, sabendo que só ia entrar no terceiro ou quarto autocarro, e assim sendo apanhou o autocarro para o Freeport, tendo-se o seu marido deslocado ao Freeport para a ir buscar. Informou ainda que de cada vez que existiam problemas com a SOFLUSA, tinha de se deslocar até ao comboio, apanhar o comboio da FERTAGUS, e posteriormente apanhar o metro para o seu local de trabalho, estando naquele momento a sair duas horas antes do seu local de trabalho, para conseguir ter lugar no autocarro para voltar para casa e chegava ao trabalho uma hora antes do serviço, não sendo compensada por isso. Não necessitava de assim ser, simplesmente como utente da carreira desde 2003, antes nunca tinha qualquer problema nem na deslocação para Lisboa, nem no regresso. Considerou que desde as 18h30m às 20h30m, a regularidade do autocarro deveria ser de 10 minutos.

Sr. Presidente – Propondo que permitissem que passassem às respostas, uma vez que já tinham sido colocadas várias questões deu a palavra ao Sr. Vereador Luís Nascimento, para responder às questões que lhe foram colocadas e para dar as informações possíveis sobre aquelas que diziam respeito ao seu pelouro.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Informou que tentaria responder, não pela ordem colocada, uma vez que algumas pessoas referiram questões que não diziam respeito ao seu pelouro (atividades económicas e fiscalização), mas por temas.

Começou por referir uma questão que dizia respeito a todos os Vereadores, nomeadamente sobre um funcionário da Câmara. Quando existia algum problema com um funcionário e quem tinha o pelouro da fiscalização, sabia que muitas vezes o fiscal não tinha culpa, desempenhava a sua função. Por vezes quem tinha um estabelecimento ou o vendedor de rua sentia necessidade de se queixar do fiscal numa situação daquelas, não necessitam de esperar por uma reunião de Câmara, podiam solicitar falar com o Vereador ou com o diretor do serviço em questão, porque todos eram humanos, por vezes os dias corriam pior, mas os funcionários da Câmara Municipal da Moita, tinham o dever de ter um comportamento correto para com os munícipes, obviamente. Tratavam nas reuniões de Câmara de questões mais gerais e não de questões pontuais, para tal não necessitavam de esperar para tratar, podiam tratar diretamente com quem de direito.

A questão colocada pelo Sr. António Cruz, também uma questão pontual, sobre o Campino, também conhecido como cervejaria da Antónia, embora há muitos anos não o fosse, informou que reuniram há muito pouco tempo, mandou medir a esplanada, pagando o Sr. cerca de 52 metros da esplanada, correspondendo exatamente ao que tinha na frente, portanto toda a lateral que dava para o beco do Sr. era ilegal, e como tal já tinha sido notificado de que não podia ter 2 mesas nem 4 cadeiras no local, porque não tinha licença de esplanada. Na altura das Festas, existia uma licença especial, em maio e em setembro. Relativamente a outras questões que focou e com razão, mas não podiam misturar assuntos, não se podia apresentar numa reunião de Câmara, por muito que tal custasse, porque embora fossem problemas e pudesse estar solidário com o Sr., eram questões de vizinhança, de polícia, e não assuntos da Câmara Municipal.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Ezequiel, com quem também já havia reunido, aproveitou para explicar algumas questões do ponto de vista legal. Atualmente, um estabelecimento, em quase

todos os concelhos, já deixara de ter horário. Antigamente existia um horário, em quase todos deixou de haver um horário, sendo aquele livre. No concelho da Moita, tinham um horário até às 2h. Estava aprovado, era de Lei, no concelho da Moita, os horários dos estabelecimentos existiam. Existia um estabelecimento na Vinha das Pedras, que era uma taberna e que atualmente era um pub. Apesar de haver uma licença de funcionamento, que se podia diminuir através de um processo complicado, tal não significava que as pessoas tivessem o direito de fazer barulho, ou seja, existiam duas questões totalmente distintas e que eram a licença para poder ter a porta aberta e outra de ruído. Relativamente à licença de ruído o referido bar ou pub solicitara, há algum tempo, uma vez que não tinha nenhuma queixa, na altura da Queima das Fitas, uma vez que o motivo da festa era a queima das fitas, uma licença de ruído até às 2h, e que só foi autorizada por si até às 00h30m. Já tendo conversado com o Sr. Ezequiel e perante as suas queixas, e uma vez que todos tinham direito ao seu descanso, na altura era uma noite de sexta para sábado. Atualmente havendo o tipo de queixas existente não existiriam mais licenças de ruído, mas havia que perceber que, por exemplo o Sr. Ezequiel, se queixou de problemas distintos, do barulho que existia dentro do estabelecimento, e de comportamentos menos próprios das pessoas no exterior do estabelecimento. Sobre o que se passava na rua, ninguém da Câmara podia fazer nada, não podiam ter à meia-noite um fiscal em cada local, até porque do que depreendeu da conversa do Sr. Ezequiel consigo, de que se passam no local questões menos próprias, a partir de determinado ponto, eram questões de polícia, não assuntos de Câmara, o que explicou ao Sr. Ezequiel, já tendo solicitado reunião com o proprietário do estabelecimento, a qual já estava inclusive marcada pelos serviços.

Tentaria chamar a atenção para algumas questões, conversando e tentando que percebessem que o espaço era complicado, porque quisessem ou não, a Vinha das Pedras era uma zona residencial, com três ou quatro ruas, e o género de estabelecimentos referido era complicado naquela zona. Quando era uma taberna funcionava mais durante o dia. Tentava equilibrar as questões por se tratar de uma zona residencial e como tinha referido ao Sr. Ezequiel não voltaria a autorizar mais nenhuma licença de ruído, tendo sido apenas uma noite, até às 00h30m.. Há um motivo pelo qual as licenças são até às 00h30m, porque sabe que a seguir se estendem sempre mais meia hora, porque entre terminar a música e as pessoas saírem, bem como a saída das pessoas que envolvia algum ruído e como tal só autoriza as licenças até às 00h30m.

Quanto ao Sr. Bruno e às obras da Rua 13 (Rua 1º. de Maio) não falou, mas pretendeu explicar uma questão aos comerciantes da mesma. Os comerciantes de bares e cafés da Rua, tinham recebido há 15 dias uma carta sua onde fazia um apelo, tentando explicar às pessoas que num momento em que fazia uma rua nova e em que se realizavam obras e arruamentos, era limpinho, chegara o momento dos comerciantes que tinham cafés, repensarem um pouco algumas questões e não podiam continuar a existir os fogareiros no meio da rua. Até porque eram pouco cuidados, a gordura caía. Sabendo que animavam uma rua, e percebendo todas aquelas questões, chegou uma altura em que havia que mudar alguns dos paradigmas, quisessem ou não. Antes das obras terem início, tinham queixas que esperava deixar de ter após o término das obras. Por exemplo, de um cabeleireiro que tinha perto um fogareiro, e as senhoras que iam ao salão lavar o cabelo referiam que quando saíam já o mesmo cheirava a febras assadas! Tinha de haver alguma sensibilidade para aquele tipo de questões. Compreendendo que para um café, ter um fogareiro na rua, chamava clientes, mas havia que compreender que se está a mudar de paradigma. A Moita e a Baixa da Banheira deixaram de ser aldeias onde se fazia uma fogueira na rua, estavam lentamente a mudar, com o bom e o mau que a questão tinha. Havia que realizar o trabalho todos juntos, o que significava que o fogareiro, que era um bidão cortado ao meio, nem sequer era um fogareiro, para serem sinceros, e que está na rua a deitar fumo, não podia continuar a existir. Relativamente à intervenção do Sr. Fernando Raimundo referiu ter apreciado a forma como aquele a iniciou, não havendo motivos para preocupações, porque os eleitos sabiam perfeitamente que quem vinha às reuniões de Câmara nunca era por um bom motivo. Não existia problema nenhum em as pessoas irem às reuniões para se queixarem, também por aquele motivo existiam, achando estranho se as pessoas fossem às reuniões apenas aplaudir, porque normalmente quando as coisas corriam

bem, as pessoas não iam às reuniões, portanto quando via a sala vazia, pensava que tudo está a correr bem.

Algo que tentavam era dinamizar o comércio local, realizando na semana anterior a Moda Moita. Também quando terminassem as obras na Rua 13, gostaria que comesçassem a dinamizar a rua.

Sobre os contentores e a carreira 333 não se alargou, não sendo do seu pelouro e serem conhecidas as suas posições, considerou que continuava tudo muito mal, mas por um lado existiam questões que nem estavam relacionadas com a Câmara, mas que os Srs. Vereadores que tinham o Pelouro e que deveriam responder.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Congratulou-se pelo facto de a sala estar “composta” com munícipes; aquando da sua entrada na mesma pensou que seria uma verdadeira reunião pública de Câmara. Saudou ainda os presentes pela diversidade dos assuntos que trouxeram, que mereceriam toda a atenção, tendo refletido um grande espírito de cidadania ao colocarem as questões na reunião de Câmara. Relativamente às mesmas, sendo Vereador do pelouro do atendimento ao público, e como tal gerindo a questão dos Balcões, referiu-se muito concretamente às questões do atendimento que o Sr. Arantes colocou, nomeadamente à questão de um funcionário que foi incorreto para com um munícipe, não havendo dúvida que essa situação era de repudiar. Quando tomou conhecimento do assunto tentou averiguar e ainda estava a tentar, uma vez que atualmente o funcionário em causa encontrava-se de férias. Estavam numa fase de averiguações e já tendo falado pessoalmente com a senhora Maria de Lurdes, para saber da própria o que se tinha passado, embora pretendesse que o assunto fosse tratado até ao fim e iriam saber o que realmente se passara e tentar corrigir, se fosse necessário. Não havia dúvida de que estavam todos os dias atentos, continuou informando que, nos Balcões realizavam cerca de dez mil atendimentos, estando atentos para que tudo corresse bem. Também existiam questões francamente positivas, nomeadamente o facto de o serviço de Balcões do Município da Moita realizar atendimentos a pessoas de outros Municípios, porque tentavam manter um serviço de qualidade, em termos de resposta e de relação com as pessoas. Lamentou o caso quando soube, porque não era o que pretendiam, sendo exatamente o contrário; queriam atender bem as pessoas, ter uma boa capacidade de resposta, e estariam atentos para que aquelas situações não se verificassem. Tendo em consideração a quantidade de munícipes que atendiam, poderia ser mais um caso, existindo eventualmente outros, mas por vezes, existiam questões que não corriam bem nos Balcões, não por culpa dos próprios trabalhadores, mas porque existiam serviços que estavam dependentes de terceiros. Exemplificou com uma situação ocorrida, dias antes, em que houve uma reclamação de um munícipe que esteve uma hora à espera e de seguida o sistema informático caiu, mas não foi no serviço, foi centralmente no IMT. A pessoa esperou uma hora e foi para casa sem ser atendido, reclamou contra a Câmara, mas o sucedido não se deveu a um mau serviço prestada na Câmara; tentaram pedir desculpa e atender o melhor possível a pessoa.

Sobre a questão das obras ficou anotado e certamente o Sr. Vereador Miguel Canudo iria falar um pouco sobre o assunto.

Relativamente à carreira 333, tinha de ver também com o Município, e alguma coisa estava a ser alterada nos transportes, mas existiam questões a ser corrigidas e com a opinião dos utentes diários, que era levada em conta para que o Município, onde tinha assento, pudesse transmitir o que se passava. Era importante que transmitissem as opiniões de quem os utilizava, para se corrigir. A questão dos transportes tinha estado num grande rebuliço nos últimos tempos, mas estavam atentos para exigir maior qualidade nos transportes, porque o grande salto que se deu foi a questão do passe, que permitiu baixar muito os valores que a economia familiar gastava com os transportes, foi algo positivo que aconteceu. Não se podia estragar algo positivo com a degradação da qualidade dos transportes.

Nas questões que tinham a ver com a qualidade de vida no centro urbano, tinham toda a razão em trazê-las à reunião para que se melhorasse a intervenção. No que se referia à existência de ratos, à questão do ruído, tinha de haver uma intervenção. Relativamente ao ruído em estabelecimentos públicos, a Câmara já tinha realizado intervenções e voltando a exemplificar, informou, que tinha que existir um processo e dentro daqueles casos, alguns eram casos de polícia, porque ultrapassam a

capacidade de intervenção da Câmara; a polícia tinha de ser chamada ao local para verificar que interferências é que existiam e, havendo distúrbios no espaço público, a polícia tinha de intervir. No entanto, a Câmara Municipal da Moita, já tinha tomado decisões onde determinados estabelecimentos deixaram de usufruir da autorização de poderem funcionar até às 02h, a qual tinha passado para as 00h, ou até para as 22h. Desde que existisse um processo devidamente fundamentado, escrito, com as participações, poderia ser feito. Assim sendo, o assunto trazido pelo Sr. Ezequiel poderia ter uma resolução nesse sentido.

Dirigindo-se ao jovem, Sr. Ricardo Mateus, que não falou no buraco da rua, nem da torneira avariada, mas da sua inquietação como jovem que estava no concelho da Moita e que deu um grito de alerta para a atenção a ter com os jovens, felicitou-o pela participação reunião, deu o seu tempo da noite para apresentar as suas interrogações, sendo de louvar a sua atitude merecendo dos eleitos toda a atenção. Referiu fazer parte de uma Associação, e com certeza também através dela valia a pena passar a escrito algumas ideias, para falarem sobre elas posteriormente. Escrevê-las e apresentá-las, sob a forma de projetos, por vezes resultava em maior capacidade de entendimento e de resposta.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Referiu que os eleitos pelo povo, verem o povo naquele dia a intervirem, referirem o seu mau estar com algumas situações que se passavam ou na sua rua, ou na sua estrada, fosse onde fosse, virem à reunião, de viva-voz e apresentarem os seus problemas, certamente qualquer dos eleitos presentes agradeceria a intervenção e postura dos munícipes, pela forma como colocaram os problemas, e expuseram as suas inquietações. Por vezes as questões colocadas, não tinham as respostas que esperavam, ou seja, quando colocavam um problema esperavam que a solução viesse do outro lado, de imediato, e que fosse apresentada. Muitas vezes não ocorria daquela forma; tinham que falar, que avaliar, de ir aos locais, um conjunto de procedimentos que deviam seguir, porque se tratava do erário público, dos gastos públicos, porque todos pagavam impostos, e todos queriam que o seu dinheiro fosse bem empregue, para resolver o problema das populações, quer na sua rua, quer na do vizinho, quer na Baixa da Banheira, no Vale da Amoreira, em Sarilhos, Gaio-Rosário, ou seja, pretendiam que o dinheiro dos impostos e o dinheiro que vinha para o Município fosse bem gasto e bem gerido. Bem ou mal, competia aos Vereadores que tinham pelouros tentar dar respostas positivas às questões que eram colocadas nas reuniões.

Tentou responder a um conjunto de problemas, nomeadamente à questão dos resíduos, da AMARSUL, à questão das baratas, dos ratos. O problema era 50% de cada parte. 50% da parte da Câmara, que tinha a obrigação de fazer a recolha, de fazer a limpeza das ruas. Aquela parte era da competência da Câmara. Os outros 50% era dos munícipes, que tinham de ter mais cuidado, e um comportamento de cidadania. Não podiam passar toda a responsabilidade para a Câmara, porque embora tendo as suas obrigações, resolvia os problemas que lhe competiam, tapava buracos, recolhia o lixo, varria; tinha aquela responsabilidade. No entanto, a Câmara não podia responder positivamente aos munícipes de acordo com aquilo que por vezes se pretendia. Registou e tomou as notas necessárias para voltar a intervir onde fosse necessário, nomeadamente na Rua Bernardo Santareno. Tomou as notas devidas e as reclamações das duas pessoas que vieram à reunião representar um prédio. E fizeram uma intervenção que considerou de urbanidade, disponibilizando-se inclusive para ir ao local e falar pessoalmente com as senhoras, se o entendessem. Tinha conhecimento da situação, conhecendo-a, sabia o que respondeu e o que a senhora também respondera e citou: “Se fosse na porta do Sr. Vereador Miguel Canudo, o que é que ele diria?”.

Quanto à colocação dos contentores, iriam reavaliar a questão. Quando a Câmara avaliava uma situação, estava a avaliar com base em situações reais, na base da distância dos munícipes, porque de facto deviam ter contentores numa área inferior a 100m de distância de cada pessoa, de cada zona, e os contentores do lixo eram um problema para todos. Não podiam ter os contentores longe de todos, longe das casas. Existia uma estrutura que estava no local.

Reafirmou que os eleitos estavam presentes para resolver os problemas, se tivessem de ser resolvidos a contento de quem reclamava.

Informou que faziam cinco desbaratizações anuais. Já fora realizada em todo o concelho, inclusive na Moita. Da avaliação técnica que fizeram nos locais, levantando as tampas de esgoto e verificando, houve uma melhoria na situação, relacionada com as baratas quer na Moita, quer em todo o concelho. De qualquer modo, as baratas não eram exterminadas com as cinco intervenções, nem com as intervenções que as pessoas pudessem fazer em casa. Era impossível exterminar as baratas, eram um problema não só da Moita, não só do concelho, não só do concelho do Barreiro, não só do distrito de Setúbal, não só da Câmara do Montijo, nem só na Câmara de Lisboa, era um problema nacional que existia devido a uma série de fatores, até da adaptação de animais (porque a barata também era um animal), às desinfestações que eram realizadas.

Existia uma adaptação e uma nova fórmula de atacar os procedimentos, como existia em relação aos ratos e às ratazanas. Quanto maior fosse o estado de degradação do edifício, que percebera que fora o caso, a limpeza mal realizada, e eventualmente teriam de ir à zona fazer uma intervenção, que podia não resultar, se não for resolvido a montante. Baratas, contentores do lixo, resíduos à volta dos contentores, toda aquela matéria de limpeza do espaço urbano, repetiu, 50% era da responsabilidade da Câmara Municipal e os outros 50% era da responsabilidade de todos. Referiu que durante aquela semana tinha estado na Barra Cheia, onde considerava vergonhoso aquilo que as pessoas faziam.

A questão dos monos era outra, porque existe uma campanha de monos que decorreu e decorria permanentemente, e os monos também dependiam de todos. Existiam dias próprios para a deposição dos monos e era nesses dias que os monos deviam ser colocados ao lado dos contentores. Era nesses dias que era obrigação de todos fazê-lo. Obviamente que quando não o faziam, não tinham um fiscal no local, para que fosse possível saber quem prevaricou, não sendo também obrigação dos vizinhos denunciarem quem o tinha feito. Mas no estado que todos gostariam, com bom ambiente, eventualmente não faria mal o vizinho chegar junto de quem o fez e referir que não era um procedimento correto, porque existiam regras. Sabiam, no entanto, que não era assim, as pessoas depois reclamavam, mas não consideravam o seu papel denunciar. Exemplificou com uma situação que teve lugar no fim-de-semana anterior, para que se percebesse melhor, e existiam exemplos de todas as pessoas, de todas as faixas etárias, de todos os estratos sociais: um senhor na Moita fez uma reconversão na sua piscina; arrancou o que tinha no local e não o colocou junto ao contentor da sua casa, colocou o lixo que fez junto aos contentores de outros vizinhos. A fiscalização atuou porque conseguiu perceber quem foi; disseram à pessoa que tinha o fim-de-semana para retirar e a Câmara não retirou. Passou-se o fim-de-semana, sábado, domingo e segunda-feira e o senhor também não retirou. Na terça-feira de manhã, quando a higiene e limpeza, bem como a fiscalização passaram no local, já lá não se encontrava. A questão que se colocou, era para onde é que fora levado, pois tratava-se de produtos poluentes, que não se podiam colocar em qualquer local, eram resíduos da piscina, resíduos plastificados, e a profissão da pessoa em questão, era e de médico. Que responsabilidade a Câmara tinha nesta questão, como nas caixas do peixe e outras idênticas, questionou?

As campanhas que faziam dependiam de todos e iriam continuar, mas com a certeza que não era à Câmara que competia resolver toda a responsabilidade naqueles assuntos, tinham de ser todos juntos. Se não fosse assim não existia melhor ambiente, espaço mais limpo, não tinham o que pretendiam. Os próprios contentores do lixo tinham de ser lavados, limpos e aquela questão era da competência da Câmara e tinham de o fazer, mas o lixo à volta dos contentores não era.

Sobre a carreira 333, quando surgiu o passe social foi uma grande revolução e muitas pessoas não estavam de acordo com a questão, embora no momento todos se colocassem em bicos de pés e todos dissessem defender e não largar a carreira 333, que tinha de ser feita. Aquela tinha um conjunto de problemas, na parte da manhã, que foram ultrapassados, admitindo-se que ainda não estivesse a 100%. Na reunião em que participou, juntamente com o Sr. Presidente da Câmara e o conjunto de moradores que utilizavam a carreira 333, foi-lhes transmitido que o problema residia na atualidade, na hora de ponta que estava desajustada com a realidade de Lisboa, no regresso. Na Área Metropolitana de Lisboa, onde o Sr. Presidente da Câmara tinha assento, com os Vereadores dos 18 concelhos da Área Metropolitana, a carreira 333 foi novamente falada, colocando-se que o problema atual era na hora de ponta, no regresso, que tinha de ser ajustada. O que sabiam na altura, através dos utentes, era

que, entre as 17h às 18h vinha vazia. A Câmara estava atenta e já contactara com a Área Metropolitana de Lisboa e certamente seriam tomadas medidas para que, na hora de ponta, no regresso de Lisboa fosse alterada e que, ao invés de ser das 17h às 19h, fosse das 18h às 20h, ou das 18h às 20h30m, conforme foi colocado na reunião de Câmara em curso.

Sr. Presidente – Interrompeu a reunião durante 5 minutos, antes de passar à continuação das intervenções dos eleitos.

Sr. Vereador Pedro Aniceto – Referiu que, tal como dito pelo Sr. Presidente, nas questões colocadas não existia responsabilidade direta dos Pelouros dos membros do Partido Socialista, o que não queria dizer que não lhe merecesse uma saudação muito especial, ao ver a sala em muitos anos, naquelas situações, com as pessoas a exporem as suas questões, existindo regras para a exposição das mesmas, algo que devia ser percebido.

Existia uma exposição e havia uma resposta.

Se houvesse diálogo estariam a arrastar a reunião sem objetivamente haver uma solução porque aquelas não nasciam da discussão no local, havendo alguns aspetos que não poderia deixar de, genericamente, tocar. Ficou-lhe uma frase da Dona Maria do Carmo que disse: “Obrigada por me terem ouvido.”. Não careciam daquele agradecimento porque era uma obrigação. Não podia era ouvir nenhum dos membros da bancada dizer que alguém não podia trazer uma questão à reunião. Poder, podia dever talvez não devesse, mas poder podia sempre, podiam tudo porque o motivo pelo qual as pessoas estavam sentadas do outro lado, foram as eleições que lhes deram a distribuição dos lugares em que estavam. Instou os munícipes a que nunca deixassem que alguém lhes dissesse que não podiam dizer o que quer que fosse.

Inclusive o Sr. Vereador Luís Nascimento que considerou que se tinha contrariado, referindo que quem participava na reunião tinha todo o direito de falar, mas, no entanto, referiu numa das intervenções dos munícipes, que o senhor não podia trazer aquela questão. Podiam trazer todos os assuntos, nem que fosse para lhes ser explicado que o assunto não era tratado naquele local, porque efetivamente, no caso no Sr. Ezequiel, pareceu-lhe haver dois ou três problemas distintos, nomeadamente licenças de ruído, ordem pública e horários de funcionamento. O funcionamento do estabelecimento, certo ou errado, não lhe competia a si nem a nenhum dos eleitos averiguar, os problemas nasciam de um estabelecimento que estava em funcionamento. Se estava erradamente em funcionamento havia que alterá-lo e encetar as diligências necessárias para, nem que fosse com a medição do ruído, ou com a fiscalização do mesmo, tratar. Não se podia era dizer: “não diga ou não faça”. Como era evidente, acabou por perceber que na questão da esplanada do Campino, trazida pelo Sr. António Cruz, existia uma ocupação claramente fora daquilo que estava contratado e que foi autorizado, e essa questão era obrigação da Câmara tratar, porque na Lei não existia a questão de “tentar”, era fazer, proibir ou não proibir, e usar os mecanismos que a Câmara possuía para repor a situação como estava inicialmente. No que concernia à carreira 333, que era claramente um assunto quente, e que muitos, incluindo o próprio sentia na pele, uma vez que também era utilizador da carreira, reconhecia que existiram alterações positivas nas variadíssimas diligências que foram feitas, acreditando que, da parte do representante da Câmara na AML, da parte dos deputados do distrito que fizeram diligências junto do próprio Ministro dos Transportes, e da própria AML, diligências que continuavam, porque contrariamente ao que muitas vezes pensavam, e também já tinha estado muitos anos do outro lado, até ao dia em que disse que também tinha de fazer a sua parte, sentia os problemas. Por vezes as pessoas pensavam: “Os malandros estão lá sentados, e não sabem o que é estar às 19h à espera do autocarro e por vezes ter de ir para o Montijo, ou acabar por dar meia-volta a Lisboa, para apanhar o barco e chegar à Moita duas horas depois”. Continuou referindo que alguns dos eleitos, também passavam por aquele processo. Havia diligências em curso, da parte dos deputados do distrito. Relativamente ao caso concreto, também da alteração, porque houve claramente um erro tremendo no declarar da hora de ponta das 17h. às 19h., sabiam o que era necessário mudar, a Câmara também o sabia.

Gostaria que as questões se resolvessem de um dia para o outro, mas tinha consciência de que não era possível, de facto, resolver. Quando foi referido que, em janeiro, quando disseram que ia haver um grande concurso, bateu-se pela questão de que ninguém teria paciência para esperar até ao novo concurso. As pessoas viviam, dia após dia, o dia-a-dia, portanto na semana seguinte todos tinham horários para cumprir, todos tinham obrigações e competia a todos os agentes no processo, fosse a Câmara, fosse a AML, fossem os Vereadores, que como muito bem foi dito, em determinadas alturas não prestavam atenção às carreiras 333, outras vezes eram os seus maiores defensores. A verdade, era que como muitas vezes se dizia, os serviços tinham de funcionar de acordo com as necessidades de toda a massa que se movia pendularmente da Moita para Lisboa e de Lisboa para a Moita, e algo tinha de ser alterado. Infelizmente, para além das diligências que os deputados do distrito de Setúbal tinham feito, não podiam, enquanto Câmara, fazer mais nada, porque nem sequer era um Vereador com Pelouro. O único membro do Partido Socialista que tinha Pelouro na Câmara da Moita, não tocava naquelas matérias porque tinha o Pelouro da Proteção Civil. Acrescentou que daquilo que o Partido Socialista também tinha a obrigação de fazer, estava a fazer e tinha consciência de utilizador, não apenas a de quem estava de fora a observar e a ouvir queixas. Não necessitava de ouvir queixas porque também já ficou uma ou duas vezes no final de uma fila e o passatempo atual na Gare do Oriente era calcular quantos autocarros se iria ter de esperar para chegar à Moita. Desejava muito brevemente que a Câmara, a AML, o novo operador de futuro, quem quer que fosse, alterasse a situação e que pudessem não se sentir, como certamente muitos dos que moravam no concelho da Moita há muitos anos (há dias fazendo contas concluiu que há trinta anos que também já fazia parte da vivência do concelho da Moita), que não se sentissem no fim do deserto, de forma a poderem efetivamente ter a mobilidade cada vez mais e cada vez melhor, porque na realidade a medida do passe social, chamasse-se revolução ou o que quisessem, trouxe oportunidades novas a quem morava em concelhos mais periféricos. Democratizou o acesso ao transporte, tornou-o mais barato, a entrada do “passe família” era efetivamente uma excelente ferramenta, principalmente para quem pagava valores que considerou exorbitantes (mas que eram reflexo do custo do transporte). Ver reduzido aquele custo para um terço, ou no caso das famílias, para menos de um terço ainda, daquilo que pagavam, era uma boa ferramenta. Não podiam exigir o milagre de, no dia seguinte, ter tudo resolvido, mas daquilo que lhes fosse possível, enquanto membro também do processo, auxiliaria a que as coisas se modificassem e que posteriormente, quando viessem os concursos dos novos operadores para 2020, que fosse possível ainda ajustar mais a questão às necessidades.

Sr. Presidente – Começando pelas questões colocadas pelo Sr. António Arantes, relativamente ao trabalhador da Câmara, o Sr. Vereador Joaquim Raminhos estava a acompanhar a questão, sendo naturalmente a obrigação de qualquer pessoa aliás, ainda mais de um funcionário público que estava no atendimento, ter correção e urbanidade no trato com todos e como tal aquela questão seria tratada. Sobre a outra questão colocada pelo Sr. António Arantes, por coincidência tinha dado entrada no processo, há poucos dias, uma comunicação do condomínio do prédio onde residia o Sr. António Arantes, que relatava factos que divergiam significativamente do relato feito, sobretudo na reunião anterior, onde a questão fora abordada. Deu nota que, na sequência de uma nova queixa apresentada por um estabelecimento naquele prédio, de aparecimento de um repasso no teto, fora ordenada a realização de uma vistoria, como era normal, vistoria que confirmou a existência dos repassos e na sequência fora notificado o condomínio para tomar medidas. O condomínio referia que, perante a notificação recebida, havia consultado uma empresa, especialista em deteção de roturas de água, que se deslocou ao condomínio do dia 16 de abril, numa visita técnica para recolher toda a informação necessária para a elaboração de um orçamento para localização das fugas. Referia ainda o condomínio, que a empresa verificou o café, as diversas frações, foi à coluna, e dirigiu-se ao 1º Esq. para despiste, onde solicitou o acesso à fração; a senhora que aí se encontrava abriu a porta, mas não permitiu o acesso, indicando que teria de ser avisada da vistoria, com antecedência. Portanto, referiu, estava patente o primeiro exemplo da colaboração na procura da solução do problema. Na continuidade foram feitos despistes no 2º Esq. e 3º Esq. mediante abertura de torneiras e descargas de esgoto. A avaliação

possível feita pelo técnico (e ali abriu um parênteses para informar que estava a ler o que referia o condomínio, que não se tratavam de palavras da Câmara, era o que estava escrito no processo, referido pelo condomínio) apontou para alguma rotura no 1º Esq., mas que teriam de ser efetuados testes mais profundos com recurso a tecnologia mais precisa. Posteriormente a empresa fez uma substituição das colunas de segurança, de torneiras de segurança, e entretanto mais à frente, recorreram a um canalizador profissional, o qual voltou a fazer o mesmo percurso que o técnico da empresa, retirando as placas do teto falso do Café Paris, feito o despiste nas frações do 2º Esq. e 3º Esq., não sendo possível efetuar no 1º Esq., porque ninguém abriu a porta, estando os proprietários do 1º Esq. no exterior do prédio, apercebendo-se da situação, não manifestaram qualquer tipo de intenção em se disponibilizarem para facilitar o acesso à sua fração, tendo inclusivamente a senhora ficado no interior do Café Paris, a assistir à movimentação, comentando mesmo para o proprietário do Café, “se eram estes os engenheiros”: - segundo exemplo da colaboração. Depois dos testes possíveis, confrontando a planta com os locais onde se encontravam as quedas de água, a conclusão foi a mesma da empresa anterior.

Informou ao Sr. Arantes que, o que iria à sua porta era uma vistoria, havendo a possibilidade de o Sr. Arantes fazer o mesmo que fez da última vez, recusar-se a ir levantar a notificação para que a vistoria pudesse ser realizada, sendo isso uma opção do Sr. Arantes. A Câmara iria desempenhar o seu papel, que era notificá-lo para a realização de uma nova vistoria.

Sobre as questões dos contentores, parte já tinha sido abordada pelo Sr. Vereador Miguel Canudo, não repetindo, o que era facto era que ninguém queria os contentores próximo de si, no entanto os contentores não podiam localizar-se longe de todos, porque os contentores tinham de estar na rua, tinham que estar em zonas acessíveis, e se havia ruas onde existiam muros ou lotes vagos, onde era fácil resolver, nas ruas em que existiam prédios todos ligados, alguém iria ficar mais prejudicado que os outros, sendo tal situação inevitável. Procurava-se uma solução com o menor impacto possível, mas era inegável a existência de impactos nas zonas mais densas, mais urbanas. A questão dos contentores da AMARSUL, de determinado ponto de vista não veio melhorar, porque veio aumentar significativamente o número de contentores na via pública, e portanto, as vias públicas, os espaços públicos, não ficaram propriamente mais acessíveis e melhores com a alteração, mas o que se colocava era que a recolha seletiva não era uma opção do Município da Moita, era uma obrigação do país. Existiam compromissos do Estado português para atingir metas de recolha seletiva, de retirada de materiais recicláveis e reaproveitáveis dos aterros, metas com que o país estava comprometido com a União Europeia, metas que estavam estabelecidas nas Leis nacionais, e metas que a não serem cumpridas, tinham custos para todos. Existia uma taxa de gestão de resíduos que era paga juntamente com a tarifa que os Municípios pagavam quando depositavam os resíduos nos aterros, no concelho da Moita e em todos, havia uma tarifa que era o custo do serviço, e havia uma taxa, denominada taxa de gestão dos resíduos, que era calculada em função do não cumprimento das metas de reciclagem, ou seja, quanto menos uma determinada região cumprisse as metas, maior era a taxa. Portanto, tinha custos que vinham na fatura de todos, aqueles valores constantes da fatura por todos paga, da água, saneamento e resíduos, incluía os referidos custos. Como tal, não sendo a questão que devia preocupar mais as pessoas, o que as devia preocupar era de facto a questão ambiental, a questão da necessidade de reaproveitar, de reutilizar e de reciclar materiais. No entanto, não deixava de ser um fator a ter em conta, que a questão custava mais de 200 mil euros por ano. Só o pagamento total da taxa à AMARSUL custava cerca de 1 milhão de euros por ano. A questão que se lhes colocava era a de que o país não estava a cumprir as metas, e a região de Setúbal, a região da AMARSUL também não estava, estava muito longe de cumprir as metas de reciclagem e estava longe porque, entre os fatores apontados, estavam a questão dos Ecopontos anteriormente existentes serem poucos, em muitos casos estarem bastante distantes da acessibilidade normal das pessoas, e muita gente referir que não levava porque não estava para ir colocar o saco ao lixo normal e depois andar 500m para ir colocar o restante a um Ecoponto. A solução então proposta pela AMARSUL, que atualmente detinha uma maioria de capital privado, fora privatizada no anterior Governo, sendo a maioria do capital de uma empresa privada, com uma gestão em que existiam dois membros designados pelos Municípios no Conselho de

Administração, que era composto por sete pessoas, estando portanto em minoria, não tendo propriamente capacidade de decisão sobre as matérias, mas no assunto em questão, nem foi o caso, houve um acordo da generalidade dos Municípios com a proposta, embora com reservas, mas houve um acordo àquilo que foi proposto e que consistia na resposta que, para aproximar os Ecopontos das pessoas, era colocá-los junto aos contentores verdes, portanto aos contentores dos resíduos domésticos. Os resultados do ponto de vista de reciclagem estavam a provar que havia uma melhoria, havia um aumento. Os resultados do ponto de vista de haver acumulação de lixo e má utilização, não estavam a ser muito positivos, antes pelo contrário, em alguns casos, estavam mesmo a ser bastante maus, mas uma vez mais recaíam naquilo que fora referido pelo Sr. Vereador Miguel Canudo e que todos sabiam, não havia lixo com pernas, que fosse sozinho colocar-se ao lado do contentor, no chão. Não havia saco nenhum ou pedaço de cartão nenhum que fosse sozinho para ficar em monte num local qualquer, e o peixe que era colocado junto aos contentores já estava morto, não foi a nadar para o local. As situações aconteciam porque alguém as executava, não sendo possível, nem na Moita, nem em nenhum local do mundo, haver um carro de recolha a cada esquina, à espera que alguém, fora de horas, fosse depositar um monte de lixo no chão, para o recolher. O carro de recolha passava às 4h ou às 5h e se alguém de manhã se lembrasse, o que não acontecia tão poucas vezes como seria desejável, de largar o lixo na rua, ficava no local 24h ou as que fossem necessárias até passar novamente o circuito de recolha, porque não existiam circuitos de recolha que pudessem ser a pedido, de andar a fazer passeios pelas ruas à espera de ver qual é o contentor que tinha lá algo junto para recolher. As coisas não funcionavam daquela forma, nem na Moita, nem em nenhum local, aditou. Existiam questões óbvias para todos e que só resultavam se as pessoas colaborassem; quanto menos as pessoas colaborassem, menos resultavam naturalmente, sendo uma realidade incontornável. Relativamente à recolha, tiveram uns períodos difíceis, de falta de pessoal, há dois anos. Atualmente tinham as equipas completas, tinham todos os carros de recolha a sair todas as noites, a realizarem os circuitos completos; tinham o carro de lavagem a funcionar quase sempre, exceto quando existiam interrupções temporárias, por questões de avaria, mas a funcionar no essencial, ou seja, estavam a fazer a sua obrigação, tinham os circuitos de recolha de monos com os dias anunciados, a ser cumpridos rigorosamente. Estavam a cumprir a sua obrigação. Ao invés de falarem nas redes sociais, disse, auxiliassem, não colocassem lixo no chão, e verificariam como a questão melhoraria significativamente. Felizmente os munícipes não eram todos iguais e a maioria das pessoas cumpria, mas bastava 5% ou 10% não cumprirem para os problemas se acumularem. Num prédio onde residissem dez pessoas, se existisse uma que diariamente colocava o saco no chão, provocava problemas. Que não se depreendesse das suas palavras que estava a dizer que a população era toda inconsciente e que tinha falta de civismo.

Existia, não podiam ignorar que eram problemas que ocorriam e que era necessário combater, sendo a melhor forma de combater, uma vez que não iria existir nenhum polícia a cada esquina a passar multas, a reprovação social, era não se conformarem e dizerem que não se fazia, que não podia ser. Era difícil, atualmente alguém dizia algo ou fazia um reparo, e ouvia um chorrilho de insultos, era o habitual, infelizmente. Mas ao conformarem-se, as questões nunca se resolveriam.

Sobre a desbaratização/desratização, a humanidade deixaria de existir, bem como a Moita, e as baratas permaneceriam. Aquela questão era verdadeira em qualquer local, porque as baratas não desapareciam, não se exterminavam. A única questão que estava ao alcance dos serviços urbanos em qualquer local, era conter as pragas, fazer as desbaratizações e desratizações periódicas, nos locais onde elas apareciam. Anualmente, quando começava o calor, apareciam, e antes de se matarem todas iriam continuar a aparecer, tinham desenvolvido resistência aos venenos, como acontecia com a generalidade das pragas, até mesmo das frutas ou outros. Após anos de uso do mesmo produto desenvolviam resistências, era necessário atualizar, mudar os produtos. Eram serviços contratados de empresas especializadas, não eram os serviços camarários que o executavam e como tal era uma batalha constante, mas que no essencial, se tinha mantido controlada, sem negar que, por vezes, aparecia um surto. Existiam ainda fenómenos que eram incontroláveis, como por exemplo: - começar a colocar nas caixas de esgoto, e num determinado dia não se fazia a rua toda, ou eventualmente coloca-

se em metade da rua, e era seguro que na manhã seguinte elas estavam na caixa à frente, onde ainda não fora colocado. Ou quando se colocava o veneno nas caixas, provavelmente apareceriam algumas nas casas das pessoas, porque fugiriam, e apareceriam lá, mas aquela questão era incontrolável, não existindo outra forma de fazer. Faziam o melhor possível, mas havia questões que não se resolviam por completo, não se erradicava o problema. Existiriam sempre, e teriam que atuar sempre o melhor que as técnicas lhes permitissem.

Relativamente às questões da Vinha das Pedras e do Café Campino, sem se alongar, nem entrar nas questões concretas já referidas pelo Sr. Vereador Luís Nascimento, a Câmara e as próprias forças de segurança tinham uma capacidade limitada para resolver os problemas, ou seja, um estabelecimento estava a funcionar fora do horário por exemplo, ou colocava uma esplanada fora do local autorizado, passava o fiscal ou as forças de segurança, que também tinham aquela obrigação, e multava. Era o único procedimento possível. Uma semana depois podiam ter as coisas no mesmo local, e podiam voltar a multar, mas não tinham poder ou capacidade legal para chegar ao local e retirar ou encerrar o estabelecimento.

Aquelas situações só aconteciam com ordens judiciais e após processos mais complicados, não era por alguém colocar uma esplanada fora do local que estava autorizado, que legitimava a autoridade administrativa para mandar encerrar o estabelecimento, por exemplo. Tinham a capacidade legal que tinham, que em alguns aspetos não era assim tanta como à primeira vista podia parecer.

Mesmo a GNR, existiam estabelecimentos no concelho da Moita que acumulavam multas de incumprimentos de horário, e eram multados, por vezes pagavam, por outras não, seguia para o Tribunal e aquele enviava de volta, a informar que o visado não tinha bens para serem arrestados e que ficava sem pagar.

Aquele tipo de jogos eram vulgares e não tinham verdadeiramente capacidade para fazer nada, a não ser o processo que em alguns casos tinha sido utilizado, de impor uma redução de horário. Mas era um processo que exigia documentação, e por isso recomendava-se a todas as pessoas que tinham problemas com algum estabelecimento que chamassem as autoridades, porque os autos que as autoridades levantavam sobre os incumprimentos eram o fundamento que posteriormente lhes permitia atuar. Sem comprovativo legal, era a palavra de um contra a palavra de outro, e a Câmara não tinha formas de determinar qual era a verdade. Algo distinto era existirem autos das forças policiais a referirem que estiveram no local às 2h30m e que estava aberto, quando deveria ter encerrado às 2h, ou a referir que estiveram no local, que havia ruído e *karaoke* e não tinha licença. Isso já constituía prova que permitia à Câmara instruir um processo para atuar de outra maneira, mais “forte”.

A Rua 1º de Maio, na Baixa da Banheira, andava a ser discutida há anos. Realizaram várias reuniões com moradores e comerciantes, visitaram pessoalmente e com mais pessoas, todas as lojas, há cerca de 3 anos, entregaram um inquérito escrito a todos os lojistas para fornecerem a sua opinião sobre as soluções que achavam melhores para a rua, se manter os dois sentidos, manter só um sentido, eliminar o trânsito por completo. Tudo foi feito. Evidentemente que se a pessoa só tinha o estabelecimento há 2 anos, não apanhou aquela questão, mas tudo já começara há muito tempo. Depois existiam questões sobre a dita Rua que não valia a pena ignorarem. Questionavam o porquê da obra. Mas existiam troços da rua onde não passava um carrinho de bebé, porque o passeio tinha 60 cm. E depois estava o estacionamento ao lado. E onde não estava o estacionamento, estava o passeio com carros em cima. As pessoas para passarem, muitas vezes andavam no meio da rua, e o carrinho de bebé vinha para a rua, se queria passar e uma cadeira de rodas nem pensar, porque para além do mais, a calçada estava toda cheia de irregularidades e nuns locais tinha buracos e noutros escorregava, não tinha mobilidade como devia ser para as pessoas.

Tudo aquilo estavam a tentar melhorar. Se provocava problemas aos comerciantes durante os três meses que demorava a obra no seu quarteirão, provocava seguramente. Mas e os anos que de seguida iam ter melhor mobilidade, melhor acessibilidade, as pessoas teriam um espaço agradável para andarem, de melhor iluminação pública, de melhor mobiliário urbano, não contavam? questionou.

Só eram contabilizados os três meses que as pessoas não conseguiam aceder à loja com a mesma facilidade, não podia ser. Acrescentou ainda que, as obras não eram realizadas para os comerciantes,

porque aqueles não eram os únicos que usufruíam da rua, porque naquela rua morava gente, era atravessada por centenas de pessoas, e também era para aqueles que se realizavam as obras, não era só o interesse do comerciante que estava em causa, era o interesse de todos, e por vezes, no interesse de todos existiam algumas questões para resolver. Estavam a procurar realizar a obra, que tinha um prazo. Só era possível referir que a obra estava atrasada a partir do dia 15 de setembro, porque os 245 dias terminavam naquela data. Só no dia seguinte, se a obra não estivesse terminada é que se podia dizer que não cumpriram. Até essa data estavam dentro do prazo que constava no contrato. Voltou ainda a reforçar o que já havia dito, de forma explícita, que era evidente que realizar obras afetava, durante um determinado período, que se procurava que fosse o mais curto possível, afetava as pessoas, mas posteriormente, os benefícios eram para todos, sendo o que estava em causa. Em todo o lado assim era. Todas as normas de segurança foram cumpridas, a obra estava a ser acompanhada, todas as obras públicas tinham do ponto de vista legal um plano de segurança, que estava a ser cumprido, e tudo estava a decorrer o melhor possível, atendendo às circunstâncias.

Quanto à intervenção sobre o Casal do Brinca, já havia trocado impressões com o Chefe de Gabinete, que havia falado pessoalmente com o Sr. Fernando Raimundo, existindo dois níveis de questões que tinham respostas distintas. Por um lado, existiam problemas que eram do âmbito da intervenção do Município, como a colocação de resíduos em local impróprio, que procurariam intervir; a rede derrubada teria de ser avaliada pelos serviços da Câmara. Outra questão era a questão entre proprietários, onde o Município tinha muito pouca capacidade de intervenção, pois estavam a falar de um proprietário que estava alegadamente a intervir no seu espaço, de forma inadequada na opinião de quem interveio, mas se fosse comprovado que era no seu espaço, o Município não tinha capacidade para impedir, portanto existiam questões que os ultrapassavam, que eram de relações de vizinhança e questões de acessos em terrenos que não eram municipais. Solicitou ao município para conversarem, diretamente, em outro momento sobre a questão, referindo que era um problema que à partida, pelas informações que possuía, embora vale-se a pena conversarem mais em pormenor, não seria de resolução fácil.

Relativamente a questões colocadas sobre a Baixa da Banheira, o que afetava o interior das vilas e em particular o comércio, eram fenómenos que ultrapassam os eleitos. Foi utilizada pelo município a expressão “matar o interior da Baixa da Banheira”. O interior da Baixa da Banheira, infelizmente para a Baixa da Banheira e para os outros, não era diferente do interior de muitos outros núcleos antigos e de muitos outros núcleos urbanos, onde o pequeno comércio tinha graves problemas, muitas lojas estavam encerradas, as zonas estavam envelhecidas, pouca população jovem a residir, problemas nas casas, o que era uma realidade generalizada, com muito poucas exceções no nosso país. O que estavam a procurar fazer era intervir melhorando, mas as intervenções de melhoria não respondiam a todos os problemas, nem respondiam rapidamente a todos os problemas do espaço público, muito menos resolviam os problemas de alterações de hábitos de consumo, também de problemas económicos das pessoas. Relativamente ao desaparecimento das mercearias e dos pequenos supermercados no interior das vilas não se podia acusar nenhum Município pela questão. Existiam alterações de hábitos que forçaram aquela realidade. Atualmente até se estava a inverter aquela questão um pouco, porque estava outra vez de volta a loja de proximidade.

No que concernia à organização das Festas da Baixa da Banheira, era da responsabilidade da Junta de Freguesia da Baixa da Banheira, e como tal, a opção de não ter animação na Rua 1.º de Maio foi uma opção da Junta de Freguesia, uma vez que era quem organizava as Festas, quem organizava as Noites de Verão. As questões sobre a deslocação da Festa foram discutidas com a população. Também a Junta de Freguesia, há dois anos, realizou alguns debates, solicitou opiniões, recolheu opiniões, mas naturalmente naquela questão como em todas as outras não existiam unanimidades, uns achariam bem, outros menos bem, outros achariam mesmo mal, mas a verdade é que a Festa mudara, e como opinião pessoal sua, se era verdade que a zona da Rua 1.º de Maio e do Largo da Igreja perdeu com a deslocação da Festa, a Festa ganhou, porque onde se localizava atualmente tinha uma dimensão que era impossível ter anteriormente, porque o espaço era o que era, não havendo milagres.

Se existia intenção da Junta de Freguesia, uma vez concluídas as obras e no ano de 2020, voltar a ter animação na Rua 1.º de Maio não sabia, não conversaram sobre a questão, sendo uma pergunta que

era oportuna fazer, conversar com a Junta de Freguesia e expressar as opiniões que as pessoas, no local, tivessem. Da parte da Câmara não houve nenhuma posição nem a favor nem contra. Foi opção da Junta e respeitaram.

Quanto ao trânsito na estrada nacional, estava a realizar-se um estudo para intervir na estrada nacional. Uma intervenção mais ligeira, de regularização do trânsito, alargamento de passeios onde for possível, também no âmbito do “Portugal 2020” e das “verbas para a mobilidade”; o mesmo financiamento que estava a ocorrer na Rua 1º de Maio, ia ocorrer na Avenida 1º de Maio (que era a Avenida que separava a Baixa da Banheira do Vale da Amoreira) e ia ocorrer da mesma forma, não estando ainda o projeto concluído, na estrada nacional, procurando melhorar algumas situações no local, que de facto eram complicadas. O trânsito no local estava-se a tornar caótico e percebendo a razão, ou seja, a PSP estava no local em serviços gratificados, para guardar as ourivesarias, mas não deixava de ser estranho para qualquer pessoa que atravessava o local ver os incumprimentos sucessivos e os polícias ao lado. Era um pouco estranho, mas era uma questão que merecia uma discussão mais aprofundada, a prestação de serviços por parte da PSP e o que tal implicava, se é que implicava algo na capacidade operacional de andarem na rua a desempenharem parte do seu trabalho. Eram questões que não eram simples. Seria discussão seguramente para outra ocasião.

No que concernia ao colocado pelo Sr. Ricardo Mateus, não pretendendo filosofar, mas a intervenção do munícipe recordou-lhe uma frase de um discurso muito famoso do Kennedy, alguém complexo, mas que teve um discurso onde dizia algo que era repetido em muitos locais: “Não perguntes o que é que o teu país pode fazer por ti, pergunta antes o que é que podes fazer pelo teu país”. Na situação aplicava-se um pouco, na medida em que as situações partiam da iniciativa dos próprios. O munícipe falou das questões de não haver mais teatro, entre outras; pela sua parte questionava então porque não havia, uma vez que não eram as Câmaras que colocavam as pessoas a fazer teatro. Os grupos de teatro, em todos os locais existiam porque as pessoas se juntavam, porque formavam grupos que trabalhavam. As Câmaras forneciam as condições. Questionou se a Câmara da Moita não fornecia as condições? Fornecia, até porque existiam grupos de teatro a trabalhar no concelho, o Fórum estava disponível para grupos de teatro, o CEA disponível para Fóruns de teatro, e quem referia teatro, o mesmo se aplicava a bailado, e uma série de atividades de artes performativas que decorriam no CEA, algumas no Fórum, outras nas bibliotecas. Na Moita também. Houve um grupo de jovens que fez várias peças, ligados à Escola Secundária, com o apoio da Câmara. Posteriormente o grupo acabou porque as pessoas envelheceram, iam trabalhar para outros locais; o facto de ser jovem tinha esse problema, a juventude passava depressa e as pessoas seguiam a sua vida, e o trabalho com os jovens tinham tendência a poder ter quebras, acontecia. Na Moita, questionou o munícipe em causa, sobre a proposta ou sugestão que a MOCA fez à Câmara que não fosse aceite, bem como se não era verdade que na Moita há anos que se apoiavam iniciativas de grupos juvenis vários, a Quinzena da Juventude tinha uma série de iniciativas, o Metal Fest, entre outras. Eram iniciativas anuais, mas não podiam funcionar sempre. Não se realizavam festivais musicais todas as semanas. Questionou ainda se na Moita não existia uma Academia de Música e uma Banda Musical, apoiadas pela Junta de Freguesia. As coletividades estavam a funcionar, podiam ir para as coletividades. Tinham a sua atividade vocacionada para as artes plásticas, sobretudo para a pintura, o que era ótimo, apresentassem propostas. Foram apoiados para pintar o mural atrás do Mau Maria, bem como em tudo o que sugeriam, nunca lhes foi dito que não. Ao invés de questionarem o que a Câmara fazia, fizessem propostas e a Câmara apoiava, sendo esse o caminho.

Sobre a carreira 333, saudava-se que repentinamente, de abril até à data, todas as pessoas fossem adeptas dos passes com os novos preços, da redução dos preços, da melhoria da mobilidade. Ficava por explicar por que motivo há dois anos uma proposta na Assembleia da República para alargamento dos passes sociais, e para revisão das coroas dos passes, fora reprovada. Ficava por explicar por que motivo durante 40 anos foram várias vezes reprovadas na Assembleia da República propostas para estender o L123 à Moita.

Agora todos defendiam, e ainda bem, porque mais valia tarde do que nunca, mas não deixava de assinalar a mudança de opiniões, custara, mas mudara, até porque havia quem referisse que era

impossível até há um ano atrás, que não era possível baixar o preço aos passes porque não havia dinheiro para tais questões, questionavam como era possível. Tornou-se possível, porque a situação governativa do país era a que era, e porque os Municípios acrescentaram aos seus encargos, sem terem qualquer acréscimo de receita, entraram no sistema e acrescentaram, inicialmente, 33 milhões de euros, prevendo-se que no futuro fosse mais. Verba custeada pelos Municípios e aos munícipes, porque as receitas dos Municípios provinham também deles, 33 milhões de euros, dividido pelos 18 Municípios da Área Metropolitana de Lisboa que comparticipavam na questão dos passes. Afinal havia dinheiro, depois juntaram-se 100 milhões do Orçamento de Estado, era possível, mas realizava-se por fases. Na primeira fase estabeleceu-se o novo preço, era fundamental e era o primeiro passo. Era o problema principal. Estava a demonstrar-se que o problema não era só a questão de os transportes terem deficiências. As pessoas não utilizavam mais os transportes porque o custo era incomportável. Primeiramente resolveu-se o custo, e depois num segundo momento, que era o do concurso de que se falava, quando o sistema fosse completamente alterado porque iam ser atribuídas novas licenças, uma vez que o concurso era para emitir novas licenças aos transportes rodoviários. O concurso tinha de ser lançado naquele ano, para estar pronto para 2020, existindo posteriormente a oportunidade de ocorrerem melhorias mais significativas nos transportes, aumento da rede, aumento das frequências, entre outros. No momento, até aquela questão estar concluída estavam numa fase de transição, e naquela fase existiam problemas que não se conseguiam resolver integralmente; o aumento de frequências e de carreiras, tal como era desejado e como iria acontecer no futuro, quando o novo sistema entrasse em funcionamento, no momento era limitado. O que tinham feito era transmitir todas as questões que chegavam à Câmara Municipal, à Comissão Executiva da Área Metropolitana de Lisboa, acompanhavam permanentemente, tinham havido muitos contributos, as pessoas apresentaram diretamente as suas questões. Estavam sempre numa situação em que importava não esquecer os pormenores, a competência era da Área Metropolitana de Lisboa, competência que estava na Lei. Os transportes que circulavam em mais do que um Município eram competência das Áreas Metropolitanas, portanto, no caso da Área Metropolitana de Lisboa, era sua a competência de gestão do serviço. Além daquela competência que já estava na Lei, os Municípios também delegaram na Área Metropolitana a competência que era a sua, que a Lei definia, que era sobre as linhas que circulavam apenas dentro de cada concelho. Essas eram da competência dos Municípios, mas entendeu-se e na sua opinião, bem, porque fazia sentido que tudo fosse visto em conjunto, gerido em conjunto, e como tal os 18 Municípios delegaram na Área Metropolitana as suas competências municipais e como tal era a Área Metropolitana que tinha a competência de gerir tudo e de realizar as negociações.

Naquele momento, relacionava-se com as negociações a fazer com os operadores para os acertos que iam acontecendo. As negociações no primeiro momento não foram fáceis, o operador que operava e era responsável pela carreira 333 não aceitou logo as propostas que estavam a ser feitas, houve um processo de negociação, e sucederam as tais melhorias que conduziram a alterações de manhã (não estando tudo bem), mas o problema, no essencial fora resolvido, com uma ou outra questão, que para mais tinha o agravamento e tinha-o tido várias vezes, um acréscimo de problemas, devido à SOFLUSA, porque cada vez que os barcos estavam em greve ou estavam parados por falta de material, acrescia o número de pessoas que utilizavam a carreira em causa. A situação também teve aquela agravante, mas de qualquer forma, do ponto de vista das manhãs, a situação melhorou. Entretanto, há cerca de três semanas tiveram uma reunião com um conjunto de utentes que apresentaram algumas propostas. Foi-lhes dito que algumas das propostas, relacionadas com o aumento dos transportes ao fim-de-semana, aumento até mais tarde à noite, algumas daquelas questões só seriam resolvidas no futuro, de momento não era possível. Algumas pensavam ser possível, e eram de imediato transmitidas à Área Metropolitana de Lisboa. As questões que pensavam ser possível resolver eram a alteração da circulação à tarde, porque as questões à tarde foram a principal questão colocada. Também foi colocada, de manhã, o acrescento de duas carreiras, uma a começar mais cedo e outra um pouco mais tarde, mas eram questões muito pontuais, o problema era a tarde, pretendendo-se que, em primeiro lugar as carreiras de 10 em 10 minutos, que estavam a ocorrer entre as 17h e as 18h, uma vez que o que era referido pelas pessoas era que não fazia sentido porque a maioria das pessoas só começava

a chegar à paragem depois das 18h. A informação foi transmitida, a propor que as carreiras de 10 em 10 minutos, entre as 17h e as 18h, passassem a ter a periodicidade de 15 em 15 minutos, e entre as 18h e as 19h passassem a ser de 10 em 10 minutos. Propuseram também que houvesse um acréscimo até mais tarde, que houvesse pelo menos mais uma ou duas carreiras mais tarde porque as pessoas também se queixavam que acabam muito cedo. Houve reunião no Conselho Metropolitano na semana anterior, a Comissão Executiva informou-o que já tinha apresentado a questão aos TST, mas que ainda não tinham resposta. Esperavam, esforçando-se para tal e convidando as pessoas a fazerem o mesmo, enviando as suas questões, quer para a Câmara quer para a própria Área Metropolitana, de forma a fazer força para que o assunto se resolvesse o mais depressa possível, e mais algum acerto que fosse possível fazer; naquela fase, informou, em que só eram possíveis acertos.

A grande mudança não era possível naquele momento, tinha a ver com financiamento, com a aquisição de mais equipamentos; nenhum operador iria adquirir autocarros naquele momento, em quantidade, sem ter a certeza se passados seis meses iria ganhar ou não o concurso para fazer o circuito, portanto, existiam questões que não eram resolúveis naquele momento, mas os acertos para ir ao encontro de algumas questões, esses iam tentar e todas as questões que tivessem, fizessem chegar à Câmara por *email* ou de qualquer outra forma, e simultaneamente fizessem chegar à Área Metropolitana de Lisboa, para procurarem ir colmatando, na medida dos possíveis, os problemas, até o problema do concurso estar resolvido, em 2020.

Tudo estava encaminhado para que fosse lançado, fosse iniciado o procedimento, em setembro, mas era um procedimento que envolvia um negócio anual de 170 milhões de euros, de 88 milhões de Km de circulação que iam ser postos a concurso. O concurso iria ser feito por aquisição de serviços ao Km, os 88 milhões que tinham as linhas lá definidas, uma a uma, com a sua extensão. Os operadores iam concorrer por lotes, três ou quatro lotes. Estava definido que eram dois lotes na Área Metropolitana norte e um ou dois na zona sul. Cada operador concorria aos lotes que entendesse e posteriormente o serviço era contratado daquela forma, que significava que tudo iria mudar radicalmente em relação ao funcionamento atual, ou seja, porque quem ficava efetivamente com tudo na mão era a Área Metropolitana, eram os Municípios para definir mesmo qualquer alteração que houvesse para definir, deixando de acontecer o que acontecia até ao momento, em que há cerca de 5/6 anos, na altura de maior crise, os operadores pura e simplesmente comunicaram à Autoridade de Transportes, ao Instituto de Mobilidade e Transportes, que iam cessar determinadas carreiras, que iam reduzir os horários em determinados locais, portanto, tinham tudo na mão e faziam o que entendiam. Ia deixar de acontecer, era um serviço contratado diretamente, era aquela quantidade por aquele preço, funcionando daquela forma.

Sugeri, designadamente, em relação à questão para a qual não tinha uma melhor resposta, do Chão Duro, para que se marcasse uma conversa para tentar perceber melhor os pormenores e ver qual era a capacidade de intervenção do Município. O mesmo, relativamente a todos os outros. Existia sempre essa possibilidade com os Srs. Vereadores, ou consigo, na eventualidade de ser uma área que estivesse sob a sua responsabilidade.

Agradeceu a todos a sua presença, referindo que valia sempre a pena participarem nas reuniões de Câmara públicas, não havendo dúvidas de tal. Informou ainda que as reuniões públicas se realizavam normalmente, na última quarta-feira do mês.

Não havendo mais intervenções, passou-se de seguida ao Período Anterior à Ordem do Dia.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente apresentou, para conhecimento:

- A posição atual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria.

O Sr. Presidente colocou ainda a votação as Atas seguintes, previamente distribuídas:

- Ata n.º 18/XII/2018, de 22.08.2018;
- Ata n.º 19/XII/2018, de 29.08.2018;
- Ata n.º 20/XII/2018, de 12.09.2018;
- Ata n.º 21/XII/2018, de 26.09.2018.

Não havendo nenhuma questão, foram as mesmas colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade dos presentes nas respetivas reuniões.

Pelo Sr. Presidente foi apresentada uma saudação a quatro jovens residentes no concelho da Moita que se destacaram na área desportiva. Os desportistas Francisco Jorge, Diogo Augusto e Gonçalo Rodrigues, atletas do concelho e Campeões Nacionais Juvenis de Futsal pelo Sport Lisboa e Benfica, bem como o basquetebolista da equipa universitária da Utah State Aggies, Neemias Queta, jovem residente no Vale da Amoreira, tendo sido Campeão Europeu de Sub-20, por Portugal (Divisão B). São factos que não aconteciam diariamente, e como tal na sua opinião, merecedores de uma saudação.

Saudação

“A Câmara Municipal da Moita, reunida a 25 de Julho de 2019, saúda os Atletas Diogo Miguel Pinto Augusto, Gonçalo Filipe Osório Rodrigues e Francisco Jorge Candeias, pela conquista do Título de Campeões Nacionais Juvenis de Futsal, ao serviço de Sport Lisboa e Benfica, e o atleta basquetebolista português Neemias Queta, atualmente a jogar no Campeonato Americano, na equipa universitária da Utah State Aggies, tendo sido Campeão Europeu de sub-20, na Divisão B, por Portugal.

A Câmara Municipal felicita estes quatro jovens do Concelho que demonstram como o talento e o trabalho são a conjugação fundamental para o sucesso desportivo e deseja-lhes que prossigam a sua carreira desportiva ao mais elevado nível.”

A saudação, que foi aprovada por unanimidade, foi enviada aos próprios.

De seguida o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram intenção de intervir.

Sr. Vereador Carlos Albino – No que concernia aos assuntos colocados pelo Sr. António Arantes, Sr. Bruno Inácio, Sra. Maria Louro, Sra. Raquel, Sr. Pedro Rijo, relativamente à antiga Rua 13 e atualmente Rua 1º de Maio, na Baixa da Banheira, há muito que acompanhava os trabalhos e a forma como vinham a ser executados. Desde o primeiro momento registaram os diversos incidentes que tinham vindo a acontecer naquela rua, relacionados com a insegurança que resultava do procedimento que estava a ser levado para executar as obras. Quando foi referido na reunião que fora cumprido o Plano de Segurança e Saúde na obra, e todas as obras públicas o tinham de ter, o que era verdade, embora o Partido Socialista não conhecesse aquele em causa, apesar de ter enviado um requerimento através dos seus autarcas na Assembleia Municipal, dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para que o fizesse chegar ao Sr. Presidente da Câmara, a solicitar o referido Plano de Segurança e nomeadamente a perguntar também, se tinha sido registado o acidente que aconteceu no dia 29 de maio, de uma senhora que caiu naquela rua.

Referiu que a forma insegura de dirigir os trabalhos por parte da Autarquia não era ato único na Baixa da Banheira. Também na Biblioteca do Vale da Amoreira, a forma como os trabalhos tinham vindo a ser conduzidos era, na sua opinião, extremamente insegura, lamentando que apesar de ter falado pessoalmente com o Sr. Vereador Miguel Canudo e posteriormente ter trazido o assunto à Câmara Municipal, ser necessário ter havido uma exposição pública, a partir da Juventude Socialista, a denunciar a situação, para que finalmente tivessem sido tomadas medidas. Referiu ainda que nem a propósito, e trouxe porque tinha no carro, porque decorrente da atividade profissional que exercia, verificou que existiam soluções para garantir a segurança no espaço público, indignando-o que continuassem a existir varões de aço espetados no chão, sem as devidas proteções, como as que mostrou, e que custavam apenas 0,15€, e protegiam as pessoas da possibilidade de tropeçarem e serem espetadas pelos varões. Deixou um para a eventualidade de o Sr. Presidente querer utilizar ou aproveitar.

Acrescentou que, até ao momento e apesar do que fora dito pelo Sr. Presidente da Câmara, na última reunião privada de Câmara, não fora informado da disponibilidade para poder consultar o projeto da Biblioteca Municipal do Vale da Amoreira. Foi informado de que existia projeto e de que o mesmo poderia ser consultado, afirmando de seguida que esse mesmo projeto não existia.

Aditou que pretendia ainda conhecer o Plano de Segurança definido para aquela obra, que ou muito se enganava ou não estaria a ser cumprido porque custava-lhe a crer que um técnico de segurança consciente, e que se interessasse pela sua carteira profissional, pudesse assinar a forma como os trabalhos estavam a ser realizados.

Relativamente à carreira 333, referiu que gostaria de saudar o trabalho que tinha vindo a ser desempenhado pelos deputados do Partido Socialista que enviaram um requerimento à AML, ao Ministro do Ambiente e também à Assembleia Municipal, após uma visita ao local. Informou ainda que o Partido Socialista, teve oportunidade de enviar no dia 22 de maio uma carta à AML a assinalar as deficiências que a rede tinha. Acrescentou que, se fossem consultadas as atas das reuniões, poderiam verificar que os eleitos do Partido Socialista desde o primeiro momento, sempre alertaram que passada a Câmara a ser a autoridade local no âmbito dos transportes públicos, era muito importante passar a ter atenção ao traçado e à frequência desses mesmos transportes públicos, algo que, na sua opinião, não foi levado em conta.

No que dizia respeito às questões ligadas à higiene pública (quer dos contentores, quer das baratas e do controlo de pragas), era um assunto recorrente quer nas sessões da Assembleia Municipal, quer nas reuniões de Câmara, também tendo conhecimento de que era recorrente nas Assembleias de Freguesia. Também os autarcas da Assembleia Municipal, em maio, apresentaram à Provedoria de Justiça, à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e à Agência Portuguesa do Ambiente, um documento no qual exigiam que fossem tomadas medidas. Mas também os autarcas do Partido Socialista exigiram nas reuniões de Câmara e nas sessões da Assembleia Municipal que fossem adotadas políticas que permitissem melhorar e garantir a limpeza do espaço público, sendo algo que devia continuar a ser trabalhado e era uma aposta que todos deviam fazer, porque também na última reunião pública de Câmara, que teve lugar na Baixa da Banheira, recordava-se bem, e teve o cuidado

de alertar de quando o assunto voltou a ser lá abordado, por um munícipe, de que era necessário concertar as ações de desbaratização levadas a cabo pela Câmara com avisos aos moradores, aos cidadãos, porque como era do conhecimento de todos, quando era realizada uma intervenção no espaço público, e como o Sr. Presidente bem referira, as baratas iam para os prédios. Se fossem tomadas medidas e ações concertadas, todos juntos conseguiriam melhorar aquela situação.

Por fim, dirigiu uma palavra aos jovens, referindo que na sua opinião, à Câmara competia continuar a desenvolver políticas que visassem a realização pessoal e profissional dos jovens do concelho, propostas essas que o Partido Socialista tinha vindo a apresentar, que os jovens do Partido Socialista tinham vindo a trazer através dos seus eleitos à Assembleia Municipal, intervenções estas que convidou o jovem que interveio a ir ver e consultar, a estar atento. Disse-lhe que estavam disponíveis, estavam abertos para ouvir, escutar e em conjunto trabalhar em soluções, para a freguesia da Moita e para todas as outras freguesias que constituíam o concelho da Moita, porque o concelho tinha muito potencial, tinha muitos jovens, e era necessário fixá-los no concelho da Moita, e estancar a sangria que vinha a acontecer de os jovens, os filhos das pessoas que os acompanhavam irem cada vez mais para os outros Municípios, sendo importante que os jovens do concelho pudessem ficar no concelho e que a Moita pudesse ser uma primeira opção.

Sr. Vereador Pedro Aniceto – Relacionando com o que havia referido anteriormente, de que estava no concelho da Moita há 30 anos, anteriormente residia na outra margem e sempre disse, às muitas pessoas que o visitavam, ou quando falava de como era viver na Moita, dizia que quem estava em Lisboa nunca conhecia o Tejo, conhecia os armazéns, as docas e pouco mais. Só se conhecia verdadeiramente o Tejo quando se estava deste lado. Na sua opinião a Moita era um concelho com uma frente ribeirinha que era a mais generosa da Área Metropolitana de Lisboa. Todos gostariam de fruir muitíssimo mais do próprio Tejo do que na realidade acontecia, acreditando que no futuro pudessem haver melhorias significativas nesse aspeto, mas a verdade é que fruía pouco. Foi convidado e teve oportunidade de participar em duas atividades, de um dia comemorativo que considerou ter-se ignorado na Câmara da Moita. Uma Câmara que falava em Tejo, falar em Moita e falar em Tejo, nos lemas que o marketing usava, do viver à beira Tejo, do Património do Tejo, etc. No dia 19 de julho tinha-se celebrado o Dia Nacional da Reserva do Estuário do Tejo, que não se assinalou, que não se comemorou, não se tendo feito rigorosamente nada. Gostaria que passasse a entrar no calendário da Câmara da Moita, porque eram indissociáveis de um Tejo que lhes entrava “porta dentro”, não podendo deixar em claro aquela data, sobretudo porque quem realizava o grosso das comemorações eram entidades que não tinham necessariamente a ver com a atividade no próprio Tejo. A maior comemoração fora realizada pela Força Aérea, seguida de uma do INCF (Instituto Nacional de Conservação de Florestas), mas sugeriu que fossem pioneiros e colocassem a data no calendário porque apesar de a data não ser muito boa para envolver as escolas, era algo que futuramente deviam chamar a atenção e não deixar passar em branco, porque aquele facto pareceu-lhe bastante condenável.

Sr. Vereador Luís Chula – Pegando nas últimas palavras proferidas, de não deixar passar em branco, também não pôde deixar passar em branco as referências que um munícipe, Ricardo Mateus, fez a respeito da atividade cultural, concretamente na Moita. Saudou-o em primeiro lugar, como membro da MOCA, pelos excelentes trabalhos de qualidade que vinham sendo realizados através da referida Associação. Tinham qualidade, arte, boas escolhas dos temas, o que merecia ser saudado. Continuou referindo que, em relação a todas as áreas culturais e artísticas que elencou na sua intervenção, não podia efetivamente deixar passar em claro porque teve o privilégio de imediatamente a seguir ao 25 de Abril, pertencer a um movimento cultural associativo, e desportivo também, que aconteceu na Moita durante alguns anos, e que não tinha sido ainda devidamente saudado e reconhecido, mas que foi um movimento que juntou centenas de jovens e menos jovens do concelho da Moita, que fizeram teatro, alfabetização, inúmeras atividades desportivas que até àquele momento não existiam, andebol, basquetebol, xadrez, música, educação musical, sendo tudo aquilo motivo para recordar e dar ânimo

aos membros da MOCA, ou outros jovens para que recuperassem aquele trabalho, que foi um trabalho que considerou importantíssimo no combate da iliteracia, que infelizmente ainda na atualidade grassava tanto junto da população. “Força, ânimo, batalhem, aproximem-se das coletividades”, disse, sabendo que era difícil e que estavam muito enquistadas de determinados hábitos e atividades, mas instou-os a procurarem-nas porque possuíam excelentes espaços na Moita, referindo-se às duas grandes coletividades, com excelentes espaços e palcos, palcos que muitos desejariam ter país fora; tinham excelentes plateias e gostaria imenso de ver encher as plateias, esgotar os setecentos lugares e ter pessoas nos corredores. Era muito importante que a juventude recuperasse aqueles hábitos, e para o desenvolvimento da população, para a elevação da cultura local - muita força, concluiu.

Sr. Presidente – Sobre as questões colocadas, o pedido de que tinha memória para ser consultado o projeto fora feito pela Sr.^a Vereadora Filomena Ventura, sobre o projeto da piscina, que acabou por não ver porque foi de férias, mas quando regressasse teria oportunidade de ver. Não tinha memória, mas com certeza seria disponibilizado e posteriormente poderia visioná-lo.

Sobre a questão do Dia da Reserva, referiu, não comemorem porque todos os dias eram dias de comemoração de algo, e não se comemoravam todos. Tinham muitos dias dedicados ao Tejo, onde infelizmente havia uma constante, a ausência do ICNF e da Reserva Natural. Tiveram dias da Marinha, passeios no Tejo, existindo um conjunto de atividades dos Centros Náuticos, do Município e até de outros Municípios, o cruzeiro do Tejo, uma série de atividades relacionadas com o Tejo, onde havia uma constante; nunca fora visto ninguém do ICNF nem ninguém da Reserva, portanto não seria de estranhar que também não tivessem no Município comemorado o Dia da Reserva. Acrescentou que sobre a Reserva Natural do Estuário do Tejo soube naquele mesmo dia que estava previsto para dia 29 de julho o início do inquérito sobre o estudo do impacto ambiental do Aeroporto na Base Aérea. Referiu esperar que as preocupações ambientais demonstradas, posteriormente tivessem expressão na contestação àquele crime que iria ser cometido contra a população, contra o ambiente.

De seguida entrou-se no período da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

As propostas abaixo transcritas foram apresentadas pelo Sr. Presidente.

1. “MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO EDIFÍCIO DA PISCINA MUNICIPAL DE ALHOS VEDROS” RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES

“Em 27 de junho de 2019 foi aprovada, por deliberação da câmara municipal, a abertura de concurso público (CP nº 2/2019), para a obra acima identificada.

No decorrer do Concurso Público relativo à empreitada supracitada foi apresentado pelo interessado ERI-Engenharia, SA, um pedido de esclarecimentos ao abrigo do disposto no nº.1 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, que se veio a revelar tratar-se de erros e omissões das peças do procedimento.

De acordo com a análise e conclusão do júri do procedimento deveriam ser aceites os erros constantes do pedido e efetuadas retificações conforme da ata do júri e da informação técnica de 15/07/2019 que se anexam.

Nesta conformidade, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP compete à câmara municipal pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelo interessado, mas existindo urgência na decisão, proferi a 16 de julho do corrente ano, despacho que aprovou os erros e omissões conforme proposto.

O n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determina que sempre que o exijam circunstâncias excepcionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, mas tais atos ficam sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade,

Nestes termos, proponho que a Câmara Municipal delibere ratificar o meu despacho, datado de 16 de julho de 2019, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, havendo as seguintes intervenções:

Sr. Vereador Luís Nascimento – Em relação à questão da piscina municipal, lembrou já ter sido trazida a várias reuniões, ou seja, já tinham aprovado a questão das obras, numa das últimas reuniões voltaram a trazer o assunto, uma vez que iam ter a piscina encerrada durante um ano, colocando a questão sobre os trabalhadores que se encontravam na mesma, tendo trazido o assunto por esse motivo, sem nada a opor à ratificação do despacho de aprovação dos erros e omissões, questionou ainda se estavam dentro dos prazos, uma vez que só dispunham de um ano.

Sr. Presidente – Esclareceu que sim, tendo em conta que o prazo de encerramento da piscina estava previsto para um ano; era maior do que o prazo previsto para a execução da obra, mas não fazia sentido abrir em junho para encerrar em julho.

Não havendo mais intervenções a proposta foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

2. “CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR DA BAIXA DA BANHEIRA E RESPATIVOS ARRANJOS EXTERIORES” APROVAÇÃO DE RETIFICAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO/ERROS E OMISSÕES

“A Câmara Municipal decidiu contratar e adotar um procedimento, com recurso a um concurso público, para a construção do novo Centro de Saúde da Baixa da Banheira designado de “Construção da Unidade de Saúde Familiar da Baixa da Banheira e Respetivos Arranjos Exteriores”, nos termos da deliberação de 27 de junho de 2019, mediante a qual foram também aprovadas as respetivas peças, a minuta do anúncio a publicar no Diário da República, o programa do procedimento e o caderno de encargos.

No decorrer do Concurso Público relativo à empreitada supracitada e no prazo permitido pelo CCP, foi apresentado pelo interessado Habitâmega - Construção SA, uma listagem dos erros e omissões que foram identificados nas peças do procedimento (mapa de quantidades), ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

A lista dos erros e das omissões foi enviada ao júri do procedimento que, no prazo permitido pelo CCP, se reuniu, analisou todos os elementos presentes e elaborou a ata, que se anexa.

De acordo com a análise e conclusão do júri do procedimento deverão ser aceites algumas omissões identificadas e rejeitadas outras, de acordo com o indicado nos Anexos I e II da referida ata, não dando origem a alteração ao preço base do procedimento.

Nesta conformidade, de acordo com o disposto na alínea b) do nº 5 do artigo 50.º do CCP compete à câmara municipal pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelo interessado. Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere o seguinte:

1. Aprovar as retificações de erros e omissões do mapa de quantidades constantes da ata do júri e seus anexos I e II, sem alteração do preço base do procedimento, nos termos das disposições conjugadas do nº 2 do artigo 40.º e nºs 3, 5b) e 6 do artigo 50.º, do CCP;
2. Aprovar a junção de nova peça escrita designada PE 380.EIM.01.MAP.001;
3. Aprovar o mapa de quantidades final em anexo;
4. Disponibilizar na plataforma eletrónica utilizada pelo município, as listas com a identificação dos erros e omissões detetados e juntá-las às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto, nos termos do n.º 8 do artigo 50.º do CCP.

Anexos: Listagem dos erros e omissões apresentada por interessado
Ata do júri do procedimento de resposta a retificação de erros e omissões
Anexo I - Análise aos Erros e Omissões
Anexo II - Quadro de erros e omissões - Mapa de Suprimentos
Peça escrita PE 380.EIM.01.MAP.001
Mapa de Quantidades Final”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, e não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram zero horas e dez minutos. E eu, Alda Mouzinho, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas encontram-se devidamente gravadas em formato digital (CD), ficando os mesmos a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA